



BRASIL RURAL

Na Virada do Milênio

A Visão de Pesquisadores e Jornalistas

2001

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Raul Belens Jungmann Pinto

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

José Abrão

Secretário-Executivo

Francisco Orlando Costa Muniz

Secretário Nacional de Reforma Agrária

Gilson Alceu Bittencourt

Secretário de Agricultura Familiar

Sebastião Azevedo

Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

José Eli da Veiga

Secretário do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

Juarez Rubens Brandão Lopes

Coordenador-Geral do Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento Rural

Edson Teófilo

Coordenador-Executivo do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

Ficha Catalográfica

Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

Brasil Rural na Virada do Milênio - Encontro de Pesquisadores e Jornalistas, 2001, São Paulo : USP, Borin, Jair; Veiga, José Eli (org.), Almeida, Wellington (texto). Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário / Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001.

76 p.

1. Questão Agrícola. 2. Desenvolvimento Agrícola. 3. Questão Fundiária. I. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. II. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. III. Ministério do Desenvolvimento Agrário. IV. Wellington Almeida. V. Jair Borin. VI. José Eli da Veiga. VII. Título.

CDU 631
338.431
332.282
330.34

Série Textos para Discussão
nº 3



BRASIL RURAL

Na Virada do Milênio

A Visão de Pesquisadores e Jornalistas

Jair Borin e José Eli da Veiga
Coordenação

Wellington Almeida
Texto

***Alfredo Wagner Bueno de Almeida · Cláudio Emilio Cerri · Edson Teófilo ·
Humberto Pereira · Ignacy Sachs · Jacques Marcovitch · José Francisco Graziano
da Silva · Juarez Rubens Brandão Lopes · Raul Jungmann · Ricardo Abramovay ·
Rogério Furtado · Ulisses Capozoli · Zander Navarro***

Brasil Rural – Na Virada do Milênio

Encontro de Pesquisadores e Jornalistas

Ministro Raul Jungmann

O conceito, o ator e o imaginário da agricultura familiar fazem parte do plano das relações simbólicas que são construídas ou reforçadas pela mídia e, evidentemente, por quem produz notícias. Nessa perspectiva, quando penso que, no Brasil, o rural sempre foi confundido com o agrícola, e o agrícola sempre foi confundido com agricultura, a primeira palavra que me vem à mente, na relação entre pesquisadores e jornalistas, é desencontro.

A agricultura familiar não é percebida. Ela não tem um recorte, um limite, uma cara. Geralmente, é associada à economia agrícola de subsistência, ao pequeno produtor e ao pobre.

O processo de revalorização da agricultura familiar vem na esteira de um conjunto de mudanças que está acontecendo na economia e na sociedade, além de estar fortemente atrelado a um processo de globalização – de rápidas mudanças tecnológicas. A rigor, o jornalismo não conhece e não entende de agricultura familiar. Não é estimulado a diferenciá-la e, ao que parece, não está interessado em fazê-lo.

Quando se diz a um jornalista que a agricultura familiar responde por 38% do valor bruto da produção e que 77% da mão-de-obra ocupada no campo está nesse segmento, ele espanta-se e é difícil que acredite. Ele fará alguns minutos de reflexão e, certamente, voltará ao tema da soja, do crédito, do leite, da carne e a outras questões, todas elas, em grande medida, relacionadas à agricultura patronal.

Soma-se a isso a heterogeneidade da agricultura. Ela compreende desde o agricultor de subsistência, com menos de cinco hectares – são dois milhões e cem mil, no Nordeste, que vivem em condições dramaticamente difíceis –, até, na outra ponta, o cidadão que vive no Rio Grande do Sul, integrado, exportando, tomando crédito, com carro, mecanizado etc. Vê-se que essa heterogeneidade também não ajuda no entendimento do que é o universo da agricultura familiar.

O campo aceito é o patronal, tecnológico, relacionado à exportação e à grande escala. Só muito recentemente agricultores familiares sem-terra estão ingressando nesse espaço. Nesse contexto, o Brasil busca se afirmar, saindo do rural, das sesmarias, da colonização, do interior, do sertão, da oligarquia, do coronelato, da violência, da falta de direitos públicos, da falta da esfera pública e do *déficit* do Estado.

O que se precisa é estabelecer a relação verdadeira da agricultura familiar como, efetivamente, aquela que tem uma resposta para questões fundamentais da organização social contemporânea: empregabilidade e sustentabilidade.

Especialmente nos setores tradicionais e, neste caso, fortemente o industrial e a agricultura patronal, a relação entre unidade de capital investida e geração de emprego, cada vez mais, desfavorece a geração do emprego. Isso quer dizer que a capacidade – mesmo quando há expansão do setor industrial – a tendência é declinar-se o número relativo de trabalhadores por unidade de capital.

Pelos números mais recentes, temos 50 milhões de pessoas, ou seja, aproximadamente 50% da população brasileira, vivendo no campo. Para esse contexto a agricultura familiar pode ser a grande geradora de emprego. A agricultura patronal tem a sua funcionalidade, mas, seguramente, ela não é empregadora tanto quanto o é a agricultura familiar.

É fundamental que se leve em conta as vantagens relativas ao custo unitário de geração de emprego. A globalização, em alguma medida, atualiza essa questão

em favor da agricultura familiar. Esse poderia, em si, se constituir em um ponto de apoio para que se consiga melhorar a percepção da sociedade que é feita a partir dos formadores de opinião, que, até então, têm sido formadores de opinião da agricultura patronal.

Se olharmos o jornalismo especializado, perceberemos que a quase totalidade está relacionada ao campo patronal. Há, é claro, um circuito alternativo de informação. Nele vislumbram-se algumas possibilidades de ampliação da participação da agricultura familiar.

É preciso também perceber que no sentido jornalístico, dois projetos estão em disputa. E aqui não me refiro, por exemplo, ao projeto do “governo” e ao projeto da “oposição” ou dos movimentos sociais. O que digo é que disputam no imaginário da sociedade duas soluções para o que seria a questão agrária ou o problema fundiário. Evidentemente que outras devem existir. Uma, em queda, é a solução da modernização que, tentada nos anos 70 e 80, gerou esse estado de coisas que aí está – empobrecimento do campo, aceleração do esvaziamento do campo, inchamento das nossas cidades. Para essa vertente, falar hoje em *agronegócios* é falar de capital intensivo e redução de emprego.

A outra é a distribuição de terras. A forma de se atacar a reforma agrária é dizer que ela é ineficiente, que não resulta em algo concreto, que as pessoas não se fixam, que vendem os lotes, que é uma forma de assistencialismo do Estado. Mas, ao mesmo tempo, há hoje uma outra maneira que começa a se estruturar, ou seja, de se contrapor ao que seria, por exemplo, a reforma agrária – aqui entra a questão da disputa bem satisfeita por um programa como o Renda Mínima. É evidente que é uma das saídas.

É inequívoco que a reforma agrária tem uma funcionalidade sim, ainda hoje, dentro do espaço social e econômico brasileiro. Ocorre que aqui a separação se dá num outro campo. Como a reforma agrária está muito relacionada à produção de conflitos e embates, a produção de conflitos e embates engole a reforma agrária. Então, o problema é outro.

A reforma agrária vai se transformando numa grande “fábrica” de conflitos. O processo de ressocialização de populações, que a reforma agrária traz, é executado com muita competência pelo movimento social. Seja pelas experiências exitosas que vão

ocorrendo, seja pelas diversas formas de se fazer reforma agrária nos países afora.

A existência de projetos de assentamentos implica muitas vezes na ampliação e no dinamismo da região onde se encontra, pelo fato de que na reforma agrária, ainda hoje, o latifúndio constitui um setor alijado do bloco dominante de poder, com uma participação na fímbria do poder, onde ele não tem mais a capacidade de veto.

Sobre a reforma agrária, ao contrário da agricultura familiar, há um enorme volume de informação. Entretanto, ela padece do problema de estar centrada no conflito, o que pode ser explicado e entendido jornalisticamente. Mas, na verdade, o grande problema é, sem dúvida, a superação do fragmentário.

De fato, a agricultura familiar é também cidadania. É também, como disse o professor José de Souza Martins, um modo de vida. E as pessoas querem a perpetuação do seu modo de vida. Nesse sentido, a agricultura familiar contém um conjunto muito grande de possibilidades que envolve também o retorno ao campo, e que pode propiciar que as atividades não-agrícolas ou consorciadas, em termos de geração de emprego e renda, tenham um caminho aberto.

Promover o encontro dos formadores de opinião com os pesquisadores que pensam o rural e o agrário é um desafio ainda muito presente e, por isso, é extremamente louvável, e mais que isso, necessária, a realização de eventos como este que reúne pesquisadores e jornalistas em torno do tema "Brasil Rural na Virada do Milênio".

Sumário

1.	Introdução	11
2.	O rural é maior do que a agricultura	13
3.	A visão dos pesquisadores	16
4.	A visão dos jornalistas	31
5.	Necessidades e possibilidades de um diálogo	36
6.	Conclusão	39
7.	Fontes de consulta	41
8.	A urgência de uma estratégia de desenvolvimento rural no Brasil Entrevista com José Eli da Veiga	42
9.	Repensar o papel da mídia na cobertura do mundo rural Entrevista com Jair Borin	51
10.	Encruzilhada rural Artigo de Cláudio Emílio Cerri	62
11.	Brasil rural vai além da agropecuária Artigo de José Eli da Veiga	67
12.	Programação do Seminário Brasil Rural na Virada do Milênio	70
13.	Lista de participantes	71

1. Introdução

Este relato procura explorar as múltiplas tentativas de estabelecimento de um diálogo entre pesquisadores dedicados à tarefa de pensar a realidade rural brasileira à luz do debate acadêmico-científico e jornalistas também dedicados a esse tema, que pela primeira vez se encontraram para uma troca preliminar de idéias, angústias e esperanças no Seminário “Brasil Rural na Virada do Milênio – Encontro de Pesquisadores e Jornalistas”. O evento foi promovido pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FEA, pela Escola de Comunicação e Artes – ECA, unidades da Universidade de São Paulo – USP e pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD, órgão de pesquisa vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, com o apoio do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA. O objetivo do encontro foi construir uma ponte para o diálogo entre esses dois grupos-chave na desmistificação de alguns mitos sobre a decadência e o fim inexorável do mundo rural.

Com base em um roteiro que privilegiou a apresentação aberta de um conjunto de questões polêmicas, com objetivo de construir um mapa das idéias presentes na sociedade brasileira sobre o conceito de rural, a primeira mesa reuniu pesquisadores que têm estudado o Brasil rural e se debruçado sobre estatísticas, para investigar aspectos particulares dessa realidade. Pesquisadores atentos à evolução dos variados processos de mudança e adaptação da economia rural, que provoca rápidas transformações sociais no campo, modifica as atividades

produtivas e introduz novos valores culturais. O olhar dos pesquisadores sobre esses movimentos é fundamental para se compreender o sentido e os limites da visão dominante sobre o Brasil rural.

O entendimento amplo dessa realidade ou das idéias hegemônicas sobre ela, passa, necessariamente, pela imprensa. Na sociedade midiática em que vivemos não é possível construir novos consensos sobre determinado assunto, ou romper preconceitos a respeito de uma determinada realidade social, sem uma interação com os meios de comunicação. E os produtores de informação podem ajudar a descortinar melhor esse mundo rural em nosso país, cuja visão predominante parece estar distante de sua real dinâmica e importância para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Assim, uma outra mesa reuniu jornalistas especializados nesse tema, que apresentaram relatos reveladores das oportunidades e condicionantes profissionais para uma relação mais articulada entre o trabalho da imprensa e a comunidade científica dedicada ao estudo da realidade rural no Brasil.

O confronto dessas idéias foi o tema de uma mesa-síntese, com a participação do professor Ignacy Sachs – que contribuiu diretamente para a formação de toda uma geração de pesquisadores brasileiros –, a quem coube a apresentação provocativa de um diagnóstico sobre os principais elementos que poderiam ajudar na construção de uma nova visão sobre o conceito de rural e, conseqüentemente, novas oportunidades para uma estratégia de desenvolvimento desse setor. O objetivo do debate foi construir cenários a respeito das tendências em curso nesse segmento, criando, assim, mapas cognitivos que possam direcionar o diálogo entre pesquisa e jornalismo.

O encontro foi encerrado pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, pelo reitor da USP, Jacques Marcovitch, e pelo coordenador-geral do NEAD, Juarez Brandão Lopes. Não foi um encerramento formal. Os três apresentaram depoimentos precisos sobre o tema do seminário, discutindo problemas vivenciados a partir da experiência profissional pertinente aos cargos que ocupam.

Com o intuito de apresentar com mais detalhes as idéias que deram origem a essa iniciativa pioneira, publicamos, em anexo, entrevistas com os professores da USP José Eli da Veiga e Jair Borin, que foram os idealizadores do encontro. Também

consta em anexo artigo do jornalista Cláudio Cerri. Foi o único artigo apresentado pelo grupo de jornalistas e julgada importante sua divulgação pelo fato de existir, ainda, carência na reflexão sobre o tema, a partir da visão dos jornalistas. Publicamos o único artigo de José Eli da Veiga que apresenta as principais questões debatidas no encontro. Optou-se por não publicar os demais (muitos já o foram em outras ocasiões), pois a idéia deste breve relato não foi produzir anais, mas somente levar a um público maior, em forma de síntese, as preocupações com o mundo rural que justificaram o encontro.

2. O rural é maior do que a agricultura

Uma divergência conceitual de grande magnitude sobre o que é o mundo rural, qual seu tamanho, espaço geográfico, econômico, político e social no Brasil de hoje, foi a motivação principal para convocar este seminário. E a divergência se manifesta na metodologia censitária e critérios convencionais e legais para a divisão entre campo e cidade ou rural e urbano. De acordo com os pesquisadores que fazem essa crítica, os critérios utilizados no Brasil não seguem o padrão mais refinado que é utilizado na maioria dos países, especialmente os mais desenvolvidos.

A singularidade do padrão usado no Brasil ajuda a aumentar entre nós o entendimento de que agricultura e ruralidade são a mesma coisa. Muita gente pensa que rural se refere somente às atividades agrícolas desenvolvidas pela produção familiar na roça ou pela grande empresa capitalista que está “modernizando” a agricultura por meio do *agribusiness*. O quê ou quem está fora desse espaço é considerado urbano, ou seja, atividade ou população urbana. É por isso que a cada recenseamento é reforçada a falsa idéia de que o país está se tornando superurbanizado e o mundo rural em extinção. Falsa porque a leitura desse processo de deslocamento da população é apenas uma convenção.

O Brasil utiliza o critério de divisão espacial. Até aí tudo bem. O problema é que esta divisão é feita dentro de um mesmo município. Assim, em uma municipalidade onde, por exemplo, existe uma reserva florestal que ocupa quase todo seu território, onde vive uma meia dúzia de pessoas, em um minúsculo nú-

cleo habitacional, essa divisão ocorre. Esse pequeno núcleo será a sede desse município e sua população contada como “urbana” para efeito do recenseamento, realizado a cada década pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. É por isso que a população “urbana” cresce tanto no país a cada novo censo. Com esse olhar não é mesmo possível construir outra imagem, pois as estatísticas continuam mostrando que realmente há cada vez menos gente no “lugar” entendido como rural, ou seja, a roça, a pequena fazenda ou mesmo a grande empresa agrícola que utiliza também cada vez menos mão-de-obra. Esse é apenas um aspecto da migração que retrata o deslocamento de população para outras localidades onde existem melhores alternativas de renda ou serviços. Mas esse novo espaço, necessariamente, não é uma cidade ou centro urbano. No Brasil é assim considerado devido ao critério de divisão meramente espacial dos municípios, critério utilizado em poucos países. Somente quatro países têm modelo igual ao nosso: El Salvador, Guatemala, Equador e República Dominicana.

No resto do mundo, um dos critérios principais é o de densidade demográfica. Na opinião do professor José Eli da Veiga, por esse critério o Brasil teria no máximo 200 cidades e aproximadamente 800 municípios que poderiam ser caracterizados como vilas. Os demais 5 mil municípios existentes no país são vilarejos – locais com menos de 30 habitantes por km², que seriam considerados rurais tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, seja qual for sua atividade econômica. O fato é que em municípios cuja densidade demográfica está abaixo de 100 habitantes por km² vive quase a metade da população brasileira. Um estudo realizado pelo Ipea, Unicamp e IBGE, em 1996, revelou que 32 milhões de pessoas moravam em 549 localidades com densidade entre 30 e 100 habitantes, representando 20% da população do país. Outros 40 milhões, ou 25%, viviam em 2.933 municípios com densidade abaixo de 30. As informações parciais no censo 2000 não mostram alterações significativas nesse quadro.

Isto não quer dizer que 45% vivam em um espaço essencialmente rural, pois o critério de densidade demográfica não resolve tudo e existem outras variáveis para se estudar a distribuição populacional. De qualquer maneira, utilizando-se outros instrumentos estatísticos, a população rural do país é bem maior do que os 19% registrados no Censo Demográfico 2000, ou, no mínimo, vivem em espaço rural muito mais brasileiros do que se imagina.

Para o sociólogo Ricardo Abramovay não existe uma definição universalmente consagrada de meio rural, e seria inútil eleger uma como a melhor entre as existentes. Mas uma literatura desenvolvida, principalmente na Europa e Estados Unidos, permite diversas comparações. Por outro lado, discutir os critérios adotados no Brasil permite, pelo menos, a realização de dois objetivos estratégicos:

a. Contribuir para desfazer a confusão entre agricultura e ruralidade. Nos Estados Unidos, por exemplo, a definição de condados rurais e urbanos evidencia com maior clareza essa distinção. Assim, somente 10% das pessoas ocupadas no espaço definido como meio rural vivem da agricultura. As demais (90%) desenvolvem outras atividades. O sociólogo Ricardo Abramovay coletou dados para sua pesquisa sobre as tendências desse segmento nos Estados Unidos, que revelaram a existência, em 1991, de 1,6 milhão de domicílios agrícolas naquele país contra 23 milhões de domicílios rurais não-agrícolas. Ou seja, 93% desses domicílios rurais norte-americanos não têm nada a ver com agricultura. Lá, como nos demais países centrais do capitalismo, a agricultura tem percentualmente uma importância cada vez menor na geração de emprego e renda, mas outras atividades são dinâmicas no espaço rural. Portanto, o rural não é visto como significado de atraso ou resíduo em extinção.

b. Uma nova tipologia capaz de retratar melhor a complexa relação entre rural, urbano e as “zonas cinzentas” que indicam uma tênue e difícil divisão entre esses dois espaços – que alguns já caracterizam como “rurbano” – não é apenas uma questão de importar ou privilegiar conceitos que orientam os critérios adotados na maioria dos países. Essa nova tipologia tem também importância para uma melhor definição de políticas públicas para as novas regiões ou microrregiões que seriam reconhecidas como espaços pertencentes ao rural. E tem um significado estratégico para se pensar a importância do desenvolvimento rural para o dinamismo econômico do país, especialmente pela reconhecida tendência à diminuição dessas oportunidades nos grandes aglomerados urbanos.

3. A visão dos pesquisadores

Os pesquisadores presentes no Seminário acreditam que no senso comum existe a visão de que o Brasil está se tornando um país com alta taxa de urbanização, cuja contrapartida será a progressiva extinção da população rural, que seria levada à inexorável condição de relíquia e sinônimo de atraso e subdesenvolvimento. Com distintos enfoques, todos criticaram essa imagem do Brasil rural, apontando tanto desinformação e preconceitos como problemas de ordem metodológica na maneira de classificar e contar a população brasileira, conforme assinalado no ponto anterior.

Ficção

O professor da Universidade de São Paulo José Eli da Veiga sustenta que esse equívoco é fruto de uma ficção estatística e histórica. A ficção estatística, na sua visão, tem como principal problema o fato de os censos demográficos classificarem os domicílios de acordo com a zona municipal em que se localizam. Como no Brasil todos os municípios são obrigados a indicar sua zona rural e urbana, ocorre a contagem como urbana de toda a população de pequenos municípios com baixa densidade populacional, valores e cultura essencialmente rurais.

Porém, uma outra abordagem nos números não criaria um diagnóstico seguro somente pelo critério de densidade ou tamanho de sua população. A localização do município é importante para decidir se ele é rural ou urbano. O fenômeno rural poderia ser estudado, ainda, a partir de definição de um padrão de rarefação populacional. A OCDE, por exemplo, já utiliza esse critério, classificando as regiões como essencialmente rurais quando mais de 50% de sua população se encontra em localidades com densidade abaixo de 150 habitantes por km². As relativamente rurais quando entre 15% e 50% vivem em locais com a mesma densidade demográfica. Apenas quando 85% da população se encontram em localidades com densidade demográfica acima de 150 habitantes por km², uma região será considerada urbana pela OCDE.

O professor José Eli não acha possível adotar plenamente esse padrão no Brasil, pois existem diferenças substanciais entre a superfície dos municípios brasi-

leiros e as unidades político-administrativas dos países da OCDE, além das dificuldades de trabalhar uma classificação triplíce, em face da atual divisão entre lugares urbanos ou rurais em todos os municípios do país. Ainda com dados preliminares do Censo Demográfico de 2000 e utilizando os critérios de localização dos municípios, densidade demográfica e tamanho de sua população, ele propõe um outro tipo de estratificação para se entender algumas características do aumento da população brasileira – um corte diferenciado que indica, com base nesses critérios, um total de 4.490 municípios que deveriam ser classificados como rurais. Neles vivem atualmente 52,6 milhões de pessoas, além de outros 421 que deveriam ser classificados como rurbanos, onde se encontram 18,5 milhões. Ver tabela 1.

Tabela 1					
Os cinco anéis de rarefação populacional, Brasil 1996-2000					
ANÉIS	MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO		AUMENTO	
		(milhões)		1996-2000	
	Número	1996	2000	(milhões)	%
Regiões metropolitanas (23)	403	62.9	68.9	6.0	10
Aglomerções urbanas (26)	116	12.3	13.5	1.2	10
Centros urbanos	77	14.6	16.0	1.4	10
Centros "rurbanos"	421	17.2	18.5	1.3	7
BRASIL RURAL	4.490	50.1	52.6	2.5	5
TOTAIS	5.507	157.1	169.5	12.5	8

Fonte dos dados: Resultados preliminares do Censo Demográfico de 2000. In: José Eli da Veiga, 2.001, mimeo

Assim, 58% da população brasileira vivem em um complexo urbano formado por 23 regiões metropolitanas que conta com áreas de expansão, 26 aglomerações urbanas e 77 centros urbanos. Nas 23 regiões metropolitanas vivem 41% da população brasileira. Nessas regiões existem municípios pequenos de baixa densidade populacional, mas que deveriam ser contados como urbanos pelo critério de localização. Esse tipo de município também pode ser encontrado nas 26 aglomerações urbanas, onde vivem 8% da população brasileira. Somando-se os outros 9% que se encontram nos 77 centros urbanos, a população essencialmente urbana, pelos critérios de José Eli, seria de 58% ou 98,4 milhões de habitantes.

Nesses três blocos urbanos, o crescimento da população, entre 1996 e 2000, teve uma taxa idêntica: 10%. Nos 421 municípios que José Eli chama de rurbanos, a população cresceu 7% nesse mesmo período. São municípios que têm população relativamente elevada (entre 50 e 100 mil) ou com população menor, mas com alta densidade demográfica. Formam uma “zona cinzenta” onde se encontram, ao mesmo tempo, traços rurais e urbanos.

Nos demais 4.490 municípios, o que pela estratificação de José Eli seria o Brasil rural, a população aumentou somente 5% – a metade do crescimento urbano. Uma diferença de 50% que para o pesquisador, apenas de maneira aparente, confirma a badalado êxodo rural. Para ele é necessário olhar o que está ocorrendo dentro do próprio universo rural para se compreender melhor esses números e outras tendências de mobilidade populacional. Essa nova estratificação permite, por exemplo, verificar que em pelo menos um terço desses municípios rurais o crescimento foi de 16%, superior, portanto, à taxa verificada nas regiões urbanas. Nesse grupo, o padrão de mobilidade segue uma mesma tendência de crescimento em todas as unidades da Federação, mostrando que eles crescem em um ritmo superior à sua respectiva unidade federativa. Um outro grupo também mostra variação positiva, porém abaixo da taxa média da respectiva Unidade da Federação. E, no terceiro grupo, confirma-se a queda da população e a existência do êxodo rural. José Eli utiliza três categorias para separar esses três conjuntos de municípios: enérgico, letárgico e esvaente, como se vê na tabela a seguir:

Tabela 2					
Os três ritmos do Brasil rural, Brasil 1996-2000					
ANÉIS	MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO		AUMENTO	
		(milhões)		1996-2000	
	Número	1996	2000	(milhões)	%
Enérgico	1.496	17.1	19.8	2.7	16
Letárgico	1.497	18.4	19.1	0.7	4
Esvaente	1.497	14.6	13.7	-0.9	-6
TOTAIS	4.490	50.1	52.6	2.5	5

Fonte dos dados: Resultados preliminares do Censo Demográfico de 2000. In: José Eli da Veiga, 2.001, mimeo

Seus números mostram que nas cinco regiões do país, em todas as 27 unidades federativas, está ocorrendo um significativo processo de adensamento

populacional em parcelas desses municípios rurais, com raras discrepâncias entre algumas microrregiões geográficas. Dessa forma, os municípios com menos de 20 mil habitantes constituem 80% nos dois primeiros grupos (onde a população aumenta) e 90% no terceiro grupo (onde a população diminui). A média de habitantes nos dois primeiros é de 10 mil habitantes e no terceiro, 6,5 mil. Segundo José Eli, isso caracteriza um processo de coagulação, que comprova um dinamismo dentro do Brasil rural. Existe o êxodo, mas ele se revela nos casos em que existe queda populacional ou crescimento inferior ao ritmo urbano. Mas pelo menos em um terço desse bloco rural o aumento da população, ao contrário, é superior (60% a mais) do que as taxas verificadas no Brasil urbano.

A ficção histórica na opinião do professor está relacionada, entre outros aspectos, com a crença de que o desenvolvimento das regiões rurais ainda dependem exclusivamente do desempenho da agricultura. Nos países do capitalismo avançado já não é assim há muito tempo. No século XX, a queda na proporção das atividades primárias nessas economias caiu da metade para um vigésimo, enquanto as terciárias (os serviços) subiram de um quarto para mais de três quintos. As atividades econômicas secundárias mantiveram-se em torno de um terço. José Eli ressalta, porém, que embora as atividades primárias estejam muito mais presentes nas zonas rurais, isso não implica que os outros dois segmentos sejam uma exclusividade das zonas urbanas.

Nos países nórdicos, Noruega e Suécia, por exemplo, o emprego industrial está mais presente nas regiões relativamente rurais e os serviços têm praticamente a mesma distribuição entre as áreas essencialmente urbanas e as relativamente rurais. Na Bélgica, essa tendência é ainda mais forte, com a presença do setor de serviços, em larga escala, nas regiões essencialmente rurais.

Está, portanto, superada aquela idéia de que o desenvolvimento econômico de uma determinada região rural, necessariamente, dependa da agropecuária ou determinado tipo de agricultura de ponta. A experiência dos países mais desenvolvidos mostra, ao contrário, que esse domínio não favorece o dinamismo local ou regional, mesmo quando consegue alcançar uma alta renda *per capita*. “Esses locais fazem lembrar aqueles emirados árabes do Oriente Médio, incapazes de diversificar suas economias apesar das imensas rendas fundiárias proporcionadas pela exploração petrolífera. São paisagens monótonas, com solos e águas tão contaminados por

agroquímicos, que já não podem aproveitar as vantagens comparativas das zonas rurais no século XXI, que exige alta qualidade do meio ambiente”, observa José Eli.

José Eli não propõe uma comparação direta com o processo de desenvolvimento brasileiro, pois sabe das diferenças, até mesmo pelo fato de a agropecuária continuar exercendo o papel principal na economia rural do país, tanto na ocupação quanto na geração de riquezas. Mas ele chama a atenção para a necessidade de se fazer essa comparação histórica para que se possa pensar um projeto de desenvolvimento rural, especialmente por dois motivos:

a. a tendência histórica estrutural ao declínio relativo do setor agropecuário teve repercussões espaciais que contrariam frontalmente a crença brasileira em sua completa urbanização;

b. no futuro, uma região será mais dinâmica se tiver capacidade de diversificar sua economia local, a partir das características de sua agricultura.

Mitos

O professor de economia agrícola da Unicamp José Graziano da Silva, coordenador do Projeto Rurbano, que desde 1981 realiza pesquisas com o intuito de analisar as transformações que vêm ocorrendo no meio rural do país, em 10 estados e no Distrito Federal, sintetiza os equívocos sobre o mundo rural brasileiro em velhos e novos mitos.

Na sua opinião, entre os velhos mitos está a visão de que o rural é sinônimo de atraso. Os dados do Projeto Rurbano evidenciam a presença histórica desses traços que caracterizam a trama do nosso processo de colonização, cuja base foi a grande propriedade e o trabalho escravo. Há, porém, um outro mundo rural dinâmico em emergência. E essa nova face do rural não se expressa somente pelo *agribusiness*, mas também por outras modalidades agrícolas como, por exemplo, a criação de *escargot*, plantas e animais exóticos. O campo também é habitado por moradores de condomínios rurais de alto padrão em loteamentos clandestinos, aposentados que não conseguem sobreviver na cidade com os rendimentos pensionais e, ainda, um contingente mais excluído que nada tem: nem terra, nem saúde, nem educação ou organização política.

O mito de que no rural predomina a agricultura foi desfeito pelo Projeto Rurbano. Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar – PNAD, de 1999, a pesquisa aponta o crescimento do número de pessoas que residem em áreas rurais e que se ocupam de outras atividades econômicas, com exceção da região Norte. As ocupações não-agrícolas cresceram na década de 90 a uma taxa de 3,7% ao ano, superando a taxa de crescimento da população, enquanto vem caindo a taxa do emprego agrícola em média 1,7% ao ano. Pelas projeções de Graziano, mantido esse ritmo, em 2014 a maioria das pessoas que moram em áreas rurais estarão ocupadas em atividades não-agrícolas, sendo que no Estado de São Paulo provavelmente isso já está ocorrendo.

O êxodo rural também não é inevitável. Esse é um outro grande mito propagandeado sempre como resultado inevitável da urbanização do país. A população rural está crescendo, embora ainda não se tenha políticas para evitar o êxodo em algumas regiões, o que é provocado mais pelo êxodo agrícola do que rural propriamente dito. E, em São Paulo, os dados mostram um crescimento da população rural de 3% ao ano, contra 1,5% do crescimento total do Estado, ou seja, o dobro.

Outros dois mitos, segundo Graziano, são a ilusão de que o desenvolvimento agrícola produz o desenvolvimento rural e de que as pequenas e médias propriedades rurais têm uma gestão essencialmente familiar. O primeiro é desmentido pela renda: o número de famílias agrícolas está diminuindo, pois elas não conseguem mais sobreviver somente de rendas agrícolas. Assim, desfaz-se também o segundo, pois o centro das atividades da família deixou de ser a agricultura porque essa família já não é mais agrícola: tornou-se pluriativa ou não-agrícola, mas continua residindo no campo. Além disso, boa parte dos estabelecimentos onde antes as atividades agropecuárias eram realizadas no interior das propriedades agora estão sendo terceirizadas, cabendo a coordenação a um único membro da família ou alguns, mas não mais envolvendo todos seus membros.

Para Graziano, porém, não adianta superar os velhos mitos e criar novos. Um deles seria acreditar que essas atividades ou ocupações rurais não-agrícolas são a solução para o desemprego. O Projeto Rurbano tem mostrado que as atividades agrícolas continuam sendo de grande importância ou até mesmo a única

alternativa para uma parcela significativa da população rural, especialmente os pobres. Além disso, essas ocupações, mesmo gerando uma renda superior às atividades agrícolas, caracterizam igualmente trabalhos precários e de baixa qualificação. Acreditar nessa solução, segundo o professor Graziano, acaba levando ao erro de que essas atividades não-agrícolas podem funcionar como motor do desenvolvimento rural nas regiões atrasadas. Ao contrário, elas são mais dinâmicas nas áreas rurais que têm agricultura melhor desenvolvida ou em regiões próximas de grandes concentrações urbanas. Nas áreas mais atrasadas está o pior dos mundos: “não existe nem emprego agrícola e muito menos ocupações não-agrícolas”, constata Graziano.

Outro novo mito a ser desfeito na avaliação de Graziano é o discurso de que é desnecessária a reforma agrária no Brasil. Ele concorda que a agricultura não é mais a melhor alternativa para a reinserção produtiva das famílias agrícolas devido ao baixo nível de renda das atividades tradicionais do setor. Mas essas atividades não são as únicas disponíveis. A reforma agrária, que continua necessária, deve estar voltada para as novas atividades agrícolas que emergem ou nas atividades não-agrícolas como agroindústrias domésticas, capazes de agregar valor à produção agropecuária.

Por fim, Graziano critica o mito de que o novo rural é melhor do que o velho e que não necessita de regulação pública. O Projeto Rurbano mostrou que nem tudo são flores com o surgimento de novas funções no meio rural como as moradias e as atividades de lazer e turismo. Outros problemas persistem e se reproduzem. Além da precariedade da maioria dos empregos criados pelas atividades não-agrícolas, até o momento, ainda existe a alta taxa de desemprego no meio rural, que de acordo com a pesquisa, no período de 1992 a 1999, superou os 10% ao ano. E essas novas funções se desenvolvem em um ambiente que evidencia o esvaziamento do Estado, que tem se mostrado incapaz de intervir diante de inúmeros problemas que proliferam em diversas esferas, como os loteamentos clandestinos e os empreendimentos econômicos de lazer e turismo que precisam ser fiscalizados por instituições públicas como o Incra e o Ibama. Hoje, a legislação que trata disso é contraditória. Na opinião de Graziano, esse novo rural está exigindo uma nova institucionalidade e se isso não acontecer ele vai envelhecer prematuramente.

Terra e território

O antropólogo Alfredo Wagner, que trabalha há quase 30 anos no Norte e Nordeste do país, enfatizou a importância de outras clivagens para que se possa compreender determinadas realidades localizadas, que fazem parte do chamado mundo rural no Brasil. Esses novos enfoques também exigem atenção para os novos conceitos e categorias que estão sendo reconstituídos e que geram dificuldades tanto de natureza teórica quanto operacional.

Para Wagner, são enormes as dificuldades de rompimento com esquemas interpretativos cristalizados em torno de temas como êxodo, migração, industrialização, entre outros. E esses esquemas rígidos se manifestam nos mais distintos espaços, da academia à disciplina militante, passando pela burocracia oficial, e já é presente no discurso dos especialistas envolvidos com a cooperação internacional e nas agências multilaterais.

A primeira crítica de Wagner foi quanto à insuficiência das categorias censitárias para se compreender as estruturas agrária e fundiária do país. Para ele, o problema agrário transcende a uma noção estrita de terra. A discussão sobre a terra incorpora tanto um fator étnico quanto ecológico. Incorpora, também, novos padrões de relações políticas, que problematizam a expressão dos movimentos sociais. Ao mesmo tempo, a discussão põe em questionamento o mito do zoneamento ecológico e econômico como solução perfeita de realização no quadro natural.

O caminho proposto por Wagner para se romper com a predominância do quadro natural – que se expressa em termos mais diretos pela noção da terra e seus recursos básicos – é justamente fazer a distinção entre terra e território. O território é socialmente construído e a chave para se entender a nova clivagem entre rural e urbano. “O território não cabe dentro da divisão político-administrativa”, sentencia Wagner.

Esse seria na sua opinião um primeiro passo, também, para se compreender o advento dos chamados novos sujeitos sociais, já que a categoria “trabalhador rural”, como expressão de toda essa população, há muito tempo, não dá conta da diversidade das formas de existência coletiva de dezenas de movimentos sociais que emergiram nos últimos anos como os movimentos dos sem-terra, dos seringueiros, dos atingidos por barragem, dos ribeirinhos, dos pescadores, dos quilombolas, das quebradeiras de coco babaçu, entre outros.

Para Wagner é importante compreender que esses movimentos políticos têm como traço forte suas formas de existência que, necessariamente, não dependem de uma relação perfeita com o quadro natural. Ao contrário, têm a marca da dissociação com esse quadro e se expressa politicamente em outros espaços, sem necessidade da via sindical de representação. Passa a existir, até mesmo para o mercado.

Alfredo Wagner vem acompanhando de perto a experiência do movimento das quebradeiras de coco nos estados do Maranhão, Pará, Tocantins e Piauí. A partir de janeiro de 1999, as cooperativas foram beneficiadas pela desvalorização cambial. Apenas uma delas conseguiu em um ano mais de 150 mil dólares, vencendo a concorrência internacional com os asiáticos. São cooperativas que já se sustentam com as próprias pernas e não dependem de financiamento de ONGs a fundo perdido, um dado que Wagner considera de grande importância para ser analisado. “Podemos perceber também que pelo mercado há um esforço de construção de identidade. Às vezes imaginamos que as identidades só se reforçam com o isolamento”, lembra o antropólogo. Para ele, nesses novos territórios construídos por essas formas de existência, não se percebe o quadro de declínio que caracteriza algumas regiões dominadas pelos grandes proprietários. Ocorre exatamente o contrário. É visível a ascensão dos movimentos que buscam novas formas de produzir e existir socialmente.

Esse movimento desencadeia processos políticos em face da expressão desses novos sujeitos sociais. Segundo Wagner, “não é o campo que está invadindo a cidade, mas a legislação que está sofrendo um deslocamento que a obriga a reconhecer grupos que nunca foram reconhecidos na sociedade brasileira”. Existe um processo de movimentação desses grupos para ser reconhecidos, o que obriga a própria sociedade a repensar sua formação.

Esse processo, na visão de Wagner, não passa despercebido para os aparatos de Estado que incorporam, na aplicação de suas políticas, esse dado da realidade. O mesmo ocorre com as agências multilaterais. Dessa maneira, explica-se o porquê do mito da base que contamina tais instituições. Hoje, o Banco Mundial vincula a liberação de recursos à organização de associações. O Banco do Nordeste exige a existência de cooperativas em seus projetos. Para ele, não é tão simples tributar ao Estado e a essas agências um papel de agentes que promovem uma destruição

metódica do coletivo ao impor essas novas maneiras de organização. Em alguns casos é a situacionalidade que impulsiona esse espaço comunitário. Não há exclusividade da família ou economia familiar, pois outras formas de organização, ao mesmo tempo, as sobrepõem em conjunto com o próprio indivíduo.

Por essas razões Wagner acredita que os instrumentos de análise precisam ser aprimorados. Hoje, eles não permitem ou pelo menos são insuficientes para se interpretar e entender essas manifestações que estão ocorrendo na sociedade brasileira. Segundo ele, isso explica por que às vezes acabamos nos tornando escravos das estatísticas oficiais da maneira como elas são passadas.

Dimensões do rural

O professor Ricardo Abramovay, da Universidade de São Paulo, explica o quadro complexo em que está inserido o rural a partir de três características: (a) relação com a natureza, (b) relação com as regiões urbanas e (c) sua situação demográfica. Concordando com Alfredo Wagner, ele chama a atenção para a importância de se discutir as novas identidades emergentes, rompendo, assim, com a imagem convencional que se construiu sobre as pessoas que vivem fora do que convencionalmente chamamos de cidade. Os diversos movimentos de afirmação de identidade existentes hoje mostram que a relação com a natureza nem sempre é mediada pela agricultura.

A dimensão demográfica é outro aspecto importante para se discutir o rural, opina Abramovay. As áreas não-densamente povoadas podem ser um caminho para se pensar esse problema. O destino dessas áreas é uma questão relevante para a sociedade contemporânea. De acordo com o professor, a discussão sobre os assentamentos humanos na Conferência Global das Nações Unidas, em Istambul (Habitat II, 1996), concentrou-se basicamente em uma avaliação desses assentamentos como uma questão restrita às cidades, como se as áreas não-densamente povoadas estivessem condenadas ao desaparecimento, pois seriam inevitavelmente incorporadas às regiões metropolitanas.

Ricardo Abramovay não desconhece a importância de se discutir a relação do rural com as regiões urbanas. Ao contrário, essa dimensão também é fundamental para se entender o problema, pois o dinamismo econômico do rural depende

dessa relação. O próprio crescimento das regiões metropolitanas gera necessidades e desejos que as áreas rurais podem satisfazer, exatamente por suas peculiaridades demográficas e sua relação com a natureza.

Uma questão central para os formuladores de políticas são as estratégias de combate à pobreza. Abramovay lembra que alguns estudos mostram que as condições existentes nas áreas rurais são propícias para o êxito de políticas sociais que visam combater a pobreza e aumentar o índice de desenvolvimento humano. Nessas áreas, os efeitos de tais políticas são mais rápidos e multiplicadores, como demonstra o papel exercido, por exemplo, pela aposentadoria pública brasileira nos municípios com características rurais. Hoje, no Brasil rural as unidades familiares de produção têm grande importância na oferta agropecuária e no potencial para gerar renda.

Mas esse potencial precisa ser reforçado, também, pela reforma agrária, não necessariamente vista em termos econômicos como uma reforma que visa aumentar a produção de certos alimentos: arroz, feijão, milho ou mandioca, como erroneamente se diz – mas voltada para outros tipos de alimentos, bens ou mesmo serviços. Entretanto, é fundamental que se reafirme a proposta de reforma agrária como um processo de transferência de ativos para uma unidade familiar de produção, que permita a reprodução social desse núcleo, opondo-se, portanto, à idéia de que as pessoas, necessariamente, devem se sujeitar ao trabalho assalariado.

Um contexto político e associativo dinâmico é outro fator que favorece uma ampla estratégia de desenvolvimento do mundo rural no Brasil de hoje. Abramovay ressalta o impressionante dinamismo da sociedade civil brasileira nessas áreas, nas quais proliferam espaços de participação política e construção da cidadania. Segundo ele, a imprensa dá um grande espaço para as ações do MST – um movimento com representatividade – mas essa cobertura é desproporcional ao peso desse ator no conjunto do movimento social no campo, que conta com inúmeros atores emergentes e também com uma rede de sindicatos rurais que possui alta capilaridade no país.

A imprensa peca, ainda, pela superficialidade quando discute temas relacionados ao desenvolvimento rural em seu conjunto, fixando-se apenas no debate sobre protecionismo. Ela está perdendo a oportunidade de ir fundo na aborda-

gem da crise por que passa o modelo de desenvolvimento tecnológico produtivista, que traz conseqüências diversas para a qualidade sanitária dos alimentos e meio ambiente. O que acontece com o medo da “vaca louca” na Europa é somente um exemplo dos problemas relativos à base técnica de produção alimentar, que será cada vez mais objeto de preocupação da sociedade.

A abordagem estritamente agrícola do meio rural na visão de Abramovay – reforçada pela mídia – produz um perigoso silêncio sobre os riscos ambientais em certas áreas do país. Ele se diz preocupado com o cerrado que está sendo utilizado como fronteira agrícola de maneira inconseqüente. Pesquisas da Embrapa mostram que o Brasil poderia decretar uma moratória em relação à ocupação de novos territórios do cerrado, ocupando racionalmente as áreas já devastadas por meio de uma rotação da agricultura e pecuária. Essa é uma medida que consta da Agenda 21 brasileira, mas que está sendo ignorada pelo governo federal e outros atores econômicos, provocando prejuízos irreparáveis à biodiversidade dessas áreas.

Um mundo diverso

Para o professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul Zander Navarro, responder à pergunta sobre o que é o mundo rural hoje no Brasil exige um esforço analítico que busque explicar as diversas realidades desse segmento no país. É preciso, pelo menos, discutir as raízes históricas mais recentes, avaliando o impacto das transformações ocorridas nos últimos 30 anos, no processo de mudança do padrão tecnológico. A partir da década de 70, mudanças de grande escala modificaram o padrão produtivo de maneira significativa em algumas regiões do país, especialmente na região Sul e no Estado de São Paulo. Os agricultores dessas áreas passaram a depender de financiamentos e aportes tecnológicos que tornaram suas atividades cada vez mais arriscadas.

O contexto rural é influenciado também pelas mudanças políticas que ocorreram no Brasil, a partir da resistência e mobilização popular pelo fim do regime militar e o início da transição para a democracia. A sociedade está mais participativa e o campo não fica imune a esse processo. Na década de 90, novas mudanças ocorreram na busca pela cidadania. Uma questão importante nesse período foi a extensão dos direitos previdenciários e aposentadoria garantidos

pela Constituição de 1998. Zander ressalta a importância que teve para a economia rural o acesso das famílias pobres a esses direitos, que asseguraram a canalização de uma massa considerável de recursos para tais áreas.

As mudanças políticas também se expressam na cristalização do conceito de agricultura familiar, que segundo ele leva, inclusive, à institucionalização das ações governamentais, com a nítida divisão dessas políticas para o campo em dois ministérios: o Ministério da Agricultura, que seria a agência dos fazendeiros e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que é o espaço da agricultura familiar. Para Zander, os pobres do campo estiveram sempre à margem das decisões e essas mudanças estão ligadas ao reconhecimento da importância da agricultura familiar.

A diversidade no campo também se acentuou. “Nas áreas rurais a heterogeneidade estrutural do país ficou ainda mais forte”, diz Zander. As distâncias na visão de mundo, sonhos e expectativas não é uma marca apenas das cidades e das classes sociais que nelas vivem. Também no campo, milhares de famílias têm expectativas diferentes e isso cria dificuldades para os arranjos políticos e a definição de agendas de intervenção.

Para Zander, não se pode desconsiderar os limites que essa realidade complexa traz para as políticas públicas. São limites que obrigam a uma reflexão sobre a natureza do Estado e de suas ações, especialmente porque existe a necessidade de reconstituição da capacidade de regulação pública no espaço rural que foi perdida. E à diversidade de expectativas das distintas populações rurais soma-se a disputa pelos recursos públicos das políticas governamentais, em um ambiente altamente politizado. Zander completa seu argumento levantando uma polêmica sobre a reforma agrária, que dividiu opiniões no Seminário. Na sua opinião, na condição de uma estratégia para o desenvolvimento rural no Brasil, a reforma agrária não poderia ser pensada como uma questão nacional, mas inserida nesse contexto diverso, que exige respostas diferentes nas diversas regiões do país.

A polêmica colocada por Zander propiciou um rico debate, tendo ele próprio reformulado sua afirmativa, inserindo-a num contexto mais amplo na definição democrática de aplicação dos recursos públicos para o rural. E teve este seu argumento apoiado. Ricardo Abramovay diz que Zander tem razão nesse aspecto. Existe mesmo uma grande diferença na capacidade de mobilização entre os ato-

res rurais e não é justo em uma sociedade democrática que uma determinada política pública se estabeleça porque alguns setores têm mais força e capacidade de mobilização para impô-la por vias de fato. De acordo com Abramovay, um dos maiores dilemas das políticas públicas é justamente o fato de seus maiores necessitados terem sempre menor visibilidade política.

De qualquer maneira, a concordância com a necessidade de se pensar estratégias diferenciadas para as distintas realidades do mundo rural ou as diversas reformas agrárias possíveis, como salientou Ignacy Sachs, não criou consenso sobre a reafirmação do tema como sendo uma questão nacional. A reforma agrária foi defendida com esse caráter por inúmeros representantes de entidades e pesquisadores presentes no plenário. O sociólogo José de Sousa Martins concorda que a reforma agrária no Brasil perdeu seu tempo histórico. Para ele, o tempo certo teria sido nos anos 50, quando se deu o máximo de competência industrial para absorver os excedentes populacionais do campo, começando a declinar nos anos 60. “A reforma agrária de fato começa a ser feita agora no governo Fernando Henrique”, diz Martins. Esta reforma agrária para ele pode ser discutível, mas assumiu aí sua institucionalidade, inclusive criando-se, finalmente, um ministério perene para a pasta. Mas para Martins, mesmo fora de seu tempo ela precisa ser feita, resolvendo-se o que há de residual, já que o problema persiste. Na medida em que a indústria e outros setores da economia urbana não mostraram vitalidade para desruralizar a sociedade brasileira e criar ocupação para os migrantes rurais, como o fez até metade dos anos 50, ela ainda se impõe.

Martins salienta que a questão agrária é uma necessidade nacional e estrutural, que envolve um aparato institucional, leis e políticas amplas. “Pode ser que ela não tenha as mesmas características no Rio Grande do Sul ou no interior no Maranhão, mas isso não modifica o caráter da solução do problema, tanto de um lado quanto de outro”, reafirma. “Pode ser que não haja uma relevância de uma reforma agrária no Rio Grande do Sul. Mas temos que levar em conta que um número enorme de pequenos agricultores gaúchos acharam a solução para este problema migrando para Mato Grosso, Maranhão e Tocantins. Na verdade, o Rio Grande do Sul não começa e termina lá, mas no Maranhão”, completa.

O que não é possível na visão de Martins é discutir a reforma agrária do ponto de vista da racionalidade de uma empresa capitalista. Mas esse não é o raciocínio do pequeno agricultor. Ele valoriza outras coisas como um lugar seguro para ficar e manter sua família junta. “Ele não quer ver o mundo desagregando. E não há nenhum motivo para que o mundo dele se desagregue”, diz Martins. Sua crítica é radical em relação às teorias de transição para a cidade, que começam a ganhar força em estudos antropológicos dos anos 40. Segundo Martins, uma ficção que acabou não se concretizando em lugar nenhum do mundo, a não ser em algumas áreas dos Estados Unidos. Não há nenhum motivo, na sua visão, para se acelerar a transição para a cidade já que ela não vai levar as pessoas do campo a “lugar nenhum”. “Qual é a promessa da transição?”, indaga Martins. Ele crê que para uma pessoa desqualificada do ponto de vista da educação, sem chances de se integrar no mercado urbano, o destino é a favela. É o nada, o limbo. Então, se o país tem condições de fazer uma reforma agrária, mesmo que seja de cunho reformista, ela abre uma alternativa importante para uma massa da população. Define uma transição para a modernidade que aqui ainda é viável, pois temos espaço. O Brasil pode viabilizar uma transição à modernidade para este contingente sem destroçar suas vidas nem causar uma catástrofe social, insiste Martins.

Ao lado deste tema, outra polêmica central do seminário foi a discussão sobre quais políticas são possíveis para os pobres rurais ou com vínculos rurais que se encontram em um estágio maior de exclusão. Um contingente que sequer tem organização política. A polêmica foi levantada por José Graziano. Para ele não é possível ignorar a existência desta população excedente que não tem renda, emprego nem organização política. “Não vejo condições de se incluir esta população excedente produtivamente seja na agricultura, nas atividades não-agrícolas, turismo rural ou qualquer outra”, disse Graziano. Mas é preciso fazer algo urgente para essa população e Graziano sugeriu que uma possível saída seria a oferta de terra para atividade de subsistência, completada por aposentadoria e serviços públicos que possam garantir dignidade a este grupo que ele batizou de “sem-sem”.

Esta leitura foi bastante criticada no seminário. Ignacy Sachs, por exemplo, disse que admitir esta hipótese seria concordar um certo tipo de *apartheid* civilizado, quando o desafio é encontrar alternativas para incorporar os “sem-sem” no sistema. Para o secretário-executivo do NEAD, Edson Teófilo, este contingente,

ao contrário, forma o perfil da reforma agrária em curso no país, com mais de 700 mil famílias beneficiadas nos últimos 30 anos, inclusive nos projetos de colonização, com positivas reações no empreendedorismo desta clientela. Na sua opinião seria um equívoco dizer que todas essas pessoas são fracassadas e incapazes de se inserirem no processo produtivo.

Mas Graziano não está totalmente sozinho em sua análise. José de Sousa Martins também acredita que pelo menos uma parte do problema não vai ser resolvido com a reforma agrária. Segundo ele, se tomarmos como exemplo uma terceira geração de filhos de favelados migrantes rurais a chance deles voltarem com sucesso ao campo é muito pequena. Dependeria de um programa educacional, reeducação e uma alternativa econômica no campo. Para ele, isto é muito complicado, embora não seja impossível. E mesmo assim, ainda haveria um resíduo. “Eu tendo a concordar com o Graziano, pois no mínimo cabe uma reforma agrária, que dê um pedaço de terra para a subsistência de uma família, complementada por políticas públicas de saúde, de educação, serviços básicos e uma aposentadoria que garanta a estas pessoas uma vida digna que não seja a de um pensionista do Estado”, sentencia Martins.

4. A visão dos jornalistas

O conjunto de indagações surgido entre os pesquisadores levantou outras perguntas em busca de respostas por parte dos jornalistas. Trata-se, em primeiro lugar, de uma busca de reposicionamento do rural diante do mundo e vice-versa, como destaca o jornalista Cláudio Cerri, que levanta dúvidas sobre a percepção desse dilema por parte da imprensa. “Vivemos uma transição crítica do objeto e de seu cronista e isso explica em grande parte a perda de tons do jornalismo rural nos últimos anos”, observa.

Cerri diz que a imprensa especializada hesita diante de uma fronteira cada vez mais difusa e se acomoda diante disso. Esse tipo de jornalismo é pouco questionador em seu conjunto e se contenta com um espaço cada vez mais desprestigiado dentro das empresas e no mercado editorial. Não por outro motivo, segundo ele, a principal empresa do país na área editorial, a Abril, tenha se

retirado desse segmento desafiador em meados dos anos 90, além da queda na tiragem de outras publicações.

A cobertura jornalística feita nesse setor, com raras exceções, vê o campo como um mero entroncamento de safras e insumos. Essa crítica de Cerri foi reforçada por Ulisses Capozoli. Ambos lembraram que o jornalismo rural é uma variante do jornalismo econômico, que se expandiu no país a partir do “milagre econômico” durante o regime militar. A tônica desse jornalismo, historicamente, se caracteriza por uma linguagem e abordagem elitistas e economicistas, portanto, bastante voltadas para os grandes interesses dos grupos econômicos dominantes. Isso explica na visão dos dois expositores e, também, de Rogério Furtado o fato de a reforma agrária ocupar um espaço esporádico nas páginas que tratam das notícias sobre agricultura. Assim, esse jornalismo é por extensão pouco crítico e legitimador de uma certa ótica sobre o processo social brasileiro. Mas positivamente, na visão de Cerri, essa lógica vive uma crise provocada por inquietações na opinião pública, que vai quebrar essa blindagem economicista, forçando alterações no seu formato, obrigando-a a ver o mundo rural de uma maneira mais ampla como já faz parte da academia. Humberto Pereira, que dirige o Globo Rural, afirma que seu programa tem conseguido romper essa lógica, combinando reportagens plurais sobre o rural, com abordagem dos conflitos políticos em torno da reforma agrária.

Humberto é ainda otimista em outros aspectos. Ele diz que a mídia em certa medida ajuda a desfazer alguns preconceitos, com reportagens que mostram ser o rural mais universal do que o urbano. Mas esse trabalho só terá maior repercussão se as redações de um modo geral destacarem bons profissionais para a cobertura do mundo rural, o que na maioria das vezes não acontece.

Mudar o enfoque desse jornalismo, privilegiando uma cobertura mais ampla, como desejam os pesquisadores, não é tarefa fácil. Os problemas começam pelo lado da sustentação financeira dos veículos. Cláudio Cerri diz que é necessário encontrar respostas para isso, no momento em que se discutem propostas de renovação para as publicações sobre o mundo rural. “A quem vamos vender anúncios?”, indaga.

Mas o próprio Cerri pensa que as dificuldades existentes não são intransponíveis. Ele acredita que a hegemonia do *agribusiness* já não é absoluta e

vai se tornando vulnerável aos olhos da opinião pública. O produtivismo a qualquer custo já não é mais aceito sem questionamento. Esse modelo barateou o custo dos alimentos, mas ao mesmo tempo foi responsável por situações de calamidade como o pânico sanitário com exemplos recentes de disseminação da febre aftosa e da encefalopatia espongiforme (conhecida como a doença da "vacalouca"). Por isso, cresce, na sua avaliação, o interesse pela qualidade dos alimentos que podem ser produzidos de diversas maneiras. A produção orgânica é cada vez mais valorizada e as próprias empresas jornalísticas já começam a perceber que precisam mudar sua postura, rompendo com a visão reducionista que ainda predomina. O campo também vive uma transição impulsionada por esses acontecimentos, além da questão ambiental. Se insistir em ser apenas um jornalismo agrícola e um subproduto do econômico, a reportagem rural perderá seu sentido, pois terá demonstrado total incapacidade de refletir sobre o seu próprio objeto de trabalho. Diversos colegas já se queixaram a ele, mostrando disposição de mudar de área, pois acreditam no fim do rural.

Ulisses Capozoli afirma que a ligação com o jornalismo econômico, marcadamente ideologizado, seria apenas parte do problema. O jornalismo em geral é pouco questionador e não exerce sua função interpretativa, limitando-se ao trabalho informativo, que é necessário, mas insuficiente. Seria preciso, segundo seu raciocínio, uma nova relação de poder nas redações. Hoje, a maior preocupação de um repórter é convencer seu editor, por meio de matérias amenas e pouco analíticas de que ele não é ideológico, quando seu editor, essencialmente, tem uma postura altamente ideológica. Capozoli diz que as redações de jornais atualmente estão cheias de jornalistas amargurados, que não conseguem exercer plenamente seu papel social. Ele enxerga raízes mais profundas nessa postura. São marcas históricas de mentalidade escravista, de pouca participação e de pouca polêmica democrática, "uma cidadania a ser conquistada", completa. Para ele, o jornalismo agrícola que segue as linhas do jornalismo econômico não traz nenhum desassossego para *o status quo*. Outras dificuldades de natureza histórica, na opinião de Jair Borin, dizem respeito à própria evolução da mídia. Ele lembra que a imprensa é essencialmente uma atividade urbana e não rural. Ela nasce nos primórdios do capitalismo e se expande até seu formato atual, sempre segundo essa tendência, com raros momentos de análise de qualidade sobre o mundo rural.

O programa Globo Rural é reconhecido com um dos poucos que parcialmente cumpre o papel de mostrar os acontecimentos na área rural sem se concentrar nas notícias sobre safras agrícolas ou informações profissionais. Segundo Humberto Pereira, desde seus primeiros anos o Globo Rural teve preocupação de mostrar o universo rural de uma maneira mais ampla, discutindo questões ambientais, culturais e rurais, e informando também os acontecimentos políticos. O programa, inclusive, ganhou duas vezes o prêmio Vladimir Herzog de direitos humanos por reportagens sobre os sem-terra e trabalhadores bóias-frias. Ele acredita que é real a possibilidade de volta ao campo e que nesse sentido o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e demais movimentos sociais no campo cumprem um papel político relevante na sociedade brasileira.

O coordenador-geral do NEAD, Juarez Brandão, concordou com os jornalistas a respeito dos limites impostos à profissão, o que nem sempre permite uma abordagem que incorpora todas as preocupações dos pesquisadores, no sentido de dar um tratamento mais compreensível da diversidade do rural e do urbano e das mudanças recentes na realidade do país, que necessariamente, adiciona novos elementos para esta análise. Avaliando as origens do jornalismo rural, como um braço do jornalismo econômico que surge no regime militar, o professor Juarez lembrou que os sociólogos, economistas e cientistas sociais de um modo geral também carregam, no Brasil, uma forte marca em seu modo de análise, igualmente marcada por esse período histórico. Cláudio Cerri tem uma opinião semelhante. Assim, as visões sobre os temas rurais dentro de uma redação são interpretados a partir de diversas óticas. O importante, ressalva, é que se cobre dos jornalistas um comportamento responsável e pluralista, garantindo informações de qualidade que pelo menos seja capaz de veicular as diversas opiniões sobre o tema no Brasil.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, deu um depoimento revelador quanto às dificuldades de abordagem comum entre os jornalistas, pesquisadores e autoridades envolvidas com a temática rural. Jungmann diz que a confusão é ainda mais intensa porque no Brasil, historicamente, o rural sempre foi confundido com agricultura e a agricultura reduzida à produção patronal. Já a agricultura familiar, que emprega 77% da mão-de-obra ocupada no campo, no imaginário da mídia está associada apenas à subsistência. Só recentemente, na opinião do ministro, percebe-se uma revalorização da agricultura familiar como

resultado de mudanças no âmbito da economia e das relações sociopolíticas, atreladas ao processo de globalização e à rápida mudança tecnológica.

O rural que é aceito na opinião de Jungmann é o que foi fecundado pelo urbano, pelas relações de mercado voltadas para fora. Assim, a agricultura familiar tem que se afirmar em uma contracorrente. É preciso esforço para mostrar à sociedade brasileira sua importância, mas isto não implica um manifesto antipatronal, pois há espaço para os dois grupos. O que é ruim, diz Jungmann, é o preconceito que ainda impera sobre a primeira. Para romper com o desencontro que existe entre a mídia e os outros grupos ligados ao rural, Jungmann acredita ser preciso identificar alguns pontos que podem facilitar essa tarefa. Entre eles, o emprego. Falta em sua opinião estabelecer um vínculo mais forte entre as vantagens da agricultura familiar na geração de empregos, que é um desafio candente na sociedade contemporânea.

A reforma agrária na avaliação do ministro também é fonte de confusão. A seu ver dois projetos do ponto de vista jornalístico disputam as preferências. E não se trata do projeto do governo ou das teses da oposição. Trata-se de soluções que habitam o imaginário da sociedade como solução agrária e fundiária para o país. O primeiro é o da “modernização” tentada nos 70 e 80, que acabou gerando o empobrecimento do campo. O *agribusiness* cumpre uma função da economia brasileira, mas é baseado no capital intensivo e na redução do emprego, portanto, uma solução precária como alternativa para a economia rural. Ele aposta em novas estratégias para essa economia, a partir da reforma agrária em conjunto com outras políticas públicas. A reforma agrária para ele mantém uma funcionalidade no Brasil de hoje, mas tem também no imaginário uma relação muito forte com a geração de conflitos e embates políticos. E esse processo, opina o ministro, está engolindo a reforma agrária.

5. Necessidade e possibilidades de um diálogo

O seminário foi um primeiro movimento de aproximação entre os pesquisadores e jornalistas. Teve, portanto, limitações naturais. Mas houve consenso quanto à necessidade de se prosseguir nesse diálogo, incentivando outras iniciativas semelhantes, se possível, regionalizadas. O estilo e o ritmo de trabalho de cada um dos ofícios devem ser mais bem compreendidos, assim como suas limitações. Ricardo Abramovay ressaltou a importância de um ambiente que possibilite criar uma simetria entre os dois grupos, que podem se alimentar mutuamente, a partir de leituras parciais e segmentadas que fazem da realidade. Alfredo Wagner reforça a importância desse diálogo, reconhecendo que os jornalistas têm uma velocidade maior para veicular certas situações, que os pesquisadores, pela morosidade que o trabalho científico exige, não têm. E essas situações às vezes são cruciais para se aprofundar ou completar uma investigação em curso. Zander Navarro acredita que esse diálogo pode ajudar a discutir os possíveis desencontros não apenas entre os dois grupos, mas também entre os próprios pesquisadores.

José de Sousa Martins diz que é importante compreender as categorias rural e urbano como resultado de uma certa divisão do trabalho em uma certa época. A hipótese de que o mundo rural está acabando não se comprova a partir de experiência do Brasil, América Latina e África. Na mesma linha, os demais pesquisadores ressaltaram que não se pode fazer uma afirmação tão categórica sobre o fim do rural, especialmente como uma cultura, um modo de vida. De fato há uma invasão do mundo rural por signos urbanos. O mundo da mercadoria não tem essa distinção. Está acontecendo uma urbanização do rural de certa maneira anômala. Ao mesmo tempo, está havendo uma ruralização da cidade. E não é por folclore. As pessoas com origem rurais, que vivem nas periferias dos grandes centros, não suportam a casa como prisão. Assim, a rua virou o terreiro e é palco de inúmeras manifestações e atividades que lembram a vida rural. Essa ruralização aconteceu nos últimos 30 anos. Isso reflete o fato de que estamos tendo um desenvolvimento econômico que não é o dos modelos teóricos – aliás nem se pode dizer que estes

modelos se confirmaram em qualquer lugar na totalidade, relembra Martins. É tudo muito mesclado e não há uma clara demarcação de divisas.

Para que esse diálogo avance, Martins sugere um acerto de contas com a visão que vem predominando entre os cientistas sociais. Em geral eles têm trabalhado, desde os anos 30, procurando explicar o rural a partir da teoria de transição. Uma transição que seria para o bem dessa população, a partir da idéia de que todo mundo abandonaria o campo, inclusive culturalmente. O mundo urbano seria tão mais superior do ponto de vista humano, tão irresistível que as pessoas inevitavelmente iriam para a cidade e perderiam seus laços com o rural. A América Latina foi varrida por esse tipo de interpretação, com trabalhos que dizem ser o mundo rural sinônimo de passado. Isso acabou não se concretizando e não foi somente pelo tipo de modelo econômico adotado, mas também porque há elementos altamente positivos e emancipadores do ser humano no mundo rural. Se alguns benefícios desse desenvolvimento fossem colocados à disposição dessa população rural, ao contrário, ela iria exacerbar seus fortes laços culturais se tornando ainda mais rural. Esses valores têm como positivo o confronto não apenas com a agricultura química, mas também com a desfiguração das condições de vida nos centros urbanos. O que é a cidade hoje senão o lugar do medo, do desemprego e outras mazelas. “Pelo menos no campo é possível preservar a família e uma certa sociabilidade comunitária”, afirma Martins.

A crítica central, portanto, foi à idéia de que o rural vai desaparecer. Os números mostram o contrário e também há uma questão cultural e de valores que está pouco compreendida pela mídia. Isso também vale para o urbano que deve ser visto como um conjunto de valores e uma certa visão de mundo. Nossa definição de urbano é muito estatística e com pouco alcance sociológico e antropológico e isso leva a equívocos enormes.

As conseqüências desses equívocos para as políticas públicas são inevitáveis. Martins cita como exemplo a educação. De acordo com ele, nos povoados com 5 mil habitantes que hoje são tratados como urbano, às vezes existe uma professora proveniente da cidade que não consegue interagir com a realidade local. Geralmente ela leva uma ideologia racional, totalmente urbana, que impossibilita o diálogo com a cultura local. Passa algum

tempo para descobrir que aquela é uma realidade totalmente distinta, os códigos são outros. O governo não considera isto quando discute educação. Ele atua a partir dos dados de que dispõe e esses dados são involuntariamente enganosos pela maneira como são construídos. O Ministério da Educação no Brasil não tem nenhuma disponibilidade – e isto é histórico, critica Martins – para uma iniciativa que pense uma educação específica para as populações rurais ou em transição. E o argumento sempre é o de que 80% da população é urbana.

Ignacy Sachs ressaltou a importância do seminário. “Foi uma idéia feliz promover este encontro”, disse. Ele se diz um fanático do jornalismo e vê sua função como importante e complementar à pesquisa, principalmente em um país grande, heterogêneo e socialmente complexo como o Brasil. Sachs aponta os dois maiores inimigos das ciências sociais – a média aritmética e a linha de regressão. A ciência para ele avança a partir dos casos aberrantes negativos e positivos. “Em um país como o nosso”, diz Sachs, “são necessárias muitas lanternas para identificar esses casos e seria uma imprudência dos pesquisadores dispensar o trabalho dos jornalistas”.

Para o professor, que há anos estuda o Brasil e orienta acadêmicos brasileiros na Universidade de Sorbonne, existe uma sinergia entre os dois grupos que precisa ser organizada – o sinal que emerge da reportagem e os pesquisadores o verificam e aprofundam na investigação. Às vezes ocorre o problema da produção de informações em tempo útil. Ignacy criticou a demora dos pesquisadores em aproveitar essas oportunidades, pois poderiam trabalhar com diversas fontes, sem prejuízo de suas pesquisas sólidas. O que é preciso, segundo ele, é uma melhor discussão metodológica a respeito das potencialidades entre a pesquisa social e o jornalismo, que necessita no Brasil de um espaço permanente de cooperação, além dessa primeira iniciativa de diálogo.

Para Sérgio Gomes da Silva, existem muitas maneiras de se aproveitar a disposição dos pesquisadores em trabalhar mais próximos dos profissionais da comunicação. Sérgio trabalha na empresa Oboré, que tem uma reconhecida competência na elaboração de projetos de comunicação para organizações sociais e populares. Um desafio importante a ser superado, na sua opi-

não, é estabelecer uma dinâmica informativa, aproveitando as especificidades entre “os que aprofundam e os que espalham”. Ele acredita ser possível transformar a informação que já existe para a população do campo, explorando preferencialmente o rádio.

José Eli da Veiga acredita que o problema não é tanto em relação ao jornalismo especializado. Para ele é mais importante pensar caminhos que ajudem os meios de comunicação a passar para a sociedade em geral uma visão menos distorcida da realidade rural. Ele reconhece que existem muitas divergências entre os pesquisadores, mas que eles são unânimes quanto a necessidade de se buscar reverter algumas idéias erradas sobre essa realidade, que prejudicam a formulação de políticas para o desenvolvimento rural. O diálogo entre os dois grupos profissionais, na opinião de Eli, é fundamental para se reverter esses erros e propiciar às áreas rurais uma merecida prioridade dentro do contexto de discussão sobre estratégias de desenvolvimento humano e sustentável para o Brasil. Cláudio Cerri reconheceu, por outro lado, que no início estava cético quanto aos resultados do seminário, mas o debate acabou mostrando o quanto a discussão é rica e necessária.

6. Conclusão

O seminário “Brasil Rural na Virada do Milênio – Encontro de Pesquisadores e Jornalistas”, certamente, repetiu discussões presentes em outros fóruns. Mas teve o grande mérito de realimentá-las à luz de novas questões e levantar pela primeira vez no país a proposta de um diálogo que se mostrou imprescindível entre os especialistas e a mídia ou pelo menos parte dela, preocupada em compreender bem esta complexa realidade para informar melhor à sociedade.

Seus organizadores o avaliaram como bastante positivo e lançaram a idéia e o desafio de novos eventos, se possível, regionalizados. Para que essa proposta se concretize, contudo, são necessárias novas parcerias e atores interessados em levar adiante a tarefa de entender melhor o que se passa no mundo rural, que está mais vivo do que nunca, é portador de valores, costumes e potencial para se pensar alternativas econômicas e sociais sustentáveis para o Brasil.

A agenda de desenvolvimento rural nas perspectivas discutidas pelos pesquisadores, jornalistas e público que dele participaram, passam, necessariamente, pela reafirmação de alguns pontos básicos. O primeiro seria uma revisão dos critérios adotados no país para definir as fronteiras entre o urbano e o rural. Explicar melhor tais critérios ajuda a romper preconceitos e mitos presentes na imagem distorcida que relaciona o rural ao atraso e a um passado que deveria ser extinto.

A reforma agrária é um outro objetivo a ser reafirmado. Sua importância como uma questão nacional ainda não resolvida não implica desconsiderar, também, sua pluralidade no contexto diverso que caracteriza as distintas regiões do país. Ela não se limita à distribuição de ativos de terra. A clientela por ela beneficiada necessita de apoio complementar, por meio de crédito maciço, acesso à educação, saúde, tecnologia e estratégia de integração ao mercado.

Por fim, foi consenso a visão de que essa agenda deve priorizar a agricultura familiar. Assim, é imprescindível discutir o futuro da pequena produção no Brasil, avaliando as estruturas sociais que lhe dão sustentação e as melhores políticas públicas necessárias para dinamizá-la. Não se trata de pensar o Brasil rural dissociado do urbano. O desafio é explicar os dois e articulá-los social e economicamente, por meio de uma nova relação do Estado com os demais atores do processo de desenvolvimento, aproveitando potencialidades que hoje estão subaproveitadas por preconceito e desinformação.

7. Fontes de consulta

a) Artigos:

Cláudio Cerri:

- Encruzilhada rural, mimeo, 2001

José Eli da Veiga:

- A encruzilhada estratégica do Brasil rural, mimeo, 2001

Artigos quinzenais do Jornal Estado de S. Paulo:

- Hibridismo no campo – 18.11.2000
- Vilão do desenvolvimento rural – 16.12.2000
- Ilusão de um país urbano – 30.12.2000
- O campo e o censo – 28.2.2001
- Desenvolvimento e empregos – 10.3.2001
- Agricultores urbanos – 24.3.2001

José Graziano da Silva:

- Velhos e novos mitos do rural brasileiro, mimeo, 2001

Ricardo Abramovay:

- Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Ipea, texto para discussão n° 702, 2000

Artigos no Jornal Gazeta Mercantil:

- Protecionismo e desenvolvimento agrícola – 20.3.2000
- Entre a intenção e o gesto – 25.4.2000
- Preservar para lucrar com os cerrados – 22.5.2000
- Custos de uma política social necessária – 31.7.2000
- Desafios impostos pela volta do homem ao campo – 02.10.2000
- Agricultura familiar e novas oportunidades de acesso à terra – 30.11.2000
- A agricultura brasileira na contramão – 10.1.2001
- Instituições para o desenvolvimento econômico – 07.2.2001

Zander Navarro:

- Políticas públicas, agricultura familiar e os processos de democratização em áreas brasileiras (com ênfase para o caso do Sul do Brasil). Artigo apresentado no XX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação – Anpocs, Caxambu-MG, 1996.
- Pequena História sobre o MST e seus impasses. Mimeo, 2000
- Mobilização sem emancipação – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. A sair em: Santos, Boaventura de Sousa (org). Reinventando a emancipação social. Lisboa, 2001

b) Entrevistas:

- Jair Borin
- José Eli da Veiga

c) Notas taquigráficas do seminário

8. A urgência de uma estratégia de desenvolvimento rural no Brasil

Entrevista com *José Eli da Veiga*

O professor José Eli da Veiga é um crítico da idéia predominante no Brasil sobre o mundo rural. Ele tem uma vasta produção intelectual nessa área, com artigos científicos, livros e uma coluna quinzenal no jornal O Estado de S. Paulo. Ele prega uma urgente estratégia de desenvolvimento rural no Brasil. Seus textos mais recentes procuram desmistificar a visão de que o mundo rural está em extinção e que representa o passado e o atraso. Na sua opinião, ao contrário, retrógrada é a confusão entre agricultura e economia rural. Citando dados e metodologia utilizados em outros países, José Eli critica as principais teses existentes sobre o assunto no Brasil, no que se incluem os dados do censo demográfico elaborado pelo IBGE. Professor titular da Faculdade de Economia e Administração da USP, ele é atual coordenador do doutorado em ciência ambiental daquela universidade. José Eli doutorou-se em economia pela Universidade de Paris I e teve diversas passagens pela administração pública, entre elas, como técnico do Ministério da Agricultura de Portugal e superintendente regional do Incra em São Paulo, quando foi lançado o Plano Nacional de Reforma Agrária no início do governo Sarney. É o atual secretário do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural – CNDRS.

NEAD – *Qual o melhor conceito para mundo rural?*

José Eli – Uma confusão comum, que não era muito grave antigamente, e hoje não pode mais continuar ocorrendo, é entre o que é rural e agricultura. No Brasil, não se faz essa distinção. Fala-se em rural e imediatamente pensa-se em agricultura. Mas o rural hoje no Brasil representa pelo menos o dobro da agricultura sejam quais forem os critérios utilizados. No Brasil se utiliza o critério espacial, uma vez

que se separa o urbano do rural. No rural, também se encontram os três setores do urbano: primário, secundário e social. Em termos comparativos, dependendo do país que se pegar como exemplo, perceberemos que a indústria é mais importante no setor rural do que no urbano. E as pessoas não imaginam que isso pode acontecer. Essa confusão não mais é feita pela maioria dos pesquisadores embora já tenha ocorrido no passado. Um dos motivos é a própria maneira como o IBGE separa os dois setores. No Brasil, separa-se o urbano do rural, inclusive dentro de um mesmo município, a partir da idéia de que existe sempre uma zona urbana onde se localiza um domicílio. Tomemos uma determinada localidade onde quase todo o espaço é ocupado por uma reserva florestal, sem praticamente nenhuma atividade, apenas um núcleo domiciliar onde moram poucos habitantes. Pelo critério atual, esse núcleo será considerado como urbano tanto quanto um duplex situado na avenida Paulista. Não tem nada a ver. Pouquíssimos países do mundo usam esse critério: El Salvador, Guatemala, Equador e República Dominicana.

NEAD – *Quais as conseqüências disso em termos de políticas públicas?*

José Eli – Não sei avaliar todas. Mas em princípio, criou-se a idéia de que o Brasil é ultra-urbano, e só 18% da população seria rural, o que é um absurdo. Pelos nossos cálculos, hoje em dia, estariam no rural umas 50 milhões de pessoas ou mais. Mas, entre o rural e o que de fato se pode considerar rede urbana ainda existe uma zona cinzenta que chamamos de 'rurbano'. Então, na verdade, urbano mesmo no Brasil não chega a 60% da população. E o resto, dependendo do critério que se vai usar, será mais rural ou mais urbano. 'Rurbano' é um termo criado pelo Gilberto Freire. Por exemplo, qualquer critério que se utilize na Zona da Mata Pernambucana é urbana, mas lá não se encontram características tipicamente rurais nem urbanas.

NEAD – *Quais os indicadores específicos daquela região?*

José Eli – É provável que esse fenômeno ocorra em função da característica canaveira naquela zona. Há uma grande coincidência quando se observam os dados da Zona da Mata. Lá os municípios têm uma pequena população, mas com altíssima densidade demográfica, o que normalmente não ocorre. Há uma certa correlação entre município pequeno em número de habitantes e baixa densidade demográfica.

NEAD – *No Sul também seria a mesma coisa?*

José Eli – Não. Nem um pouco. É uma característica muito típica dessa região de Pernambuco, que chega a atingir também a Paraíba e Alagoas. Alguns jornalistas já perceberam esses aspectos porque acompanham as pesquisas mais de perto. Outros não têm interesse pelo rural que os leve a entrar nesse tipo de discussão. Por isso a importância deste seminário.

NEAD – *Então já existe grande consenso entre os pesquisadores?*

José Eli – Ainda existe confusão, mas é menor. Ainda há um problema muito sério em relação às fontes. A única estatística do rural disponível é a Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar – Pnad, que utiliza um conceito equivocado sobre o rural. Além disso, pela Pnad não é possível desagregar os dados por município ou microrregião. Somente por Estado. Então, por mais consciência que possa haver por parte do pesquisador é impossível trabalhar com os dados do IBGE e produzir resultados sem algum nível de distorção. Temos que resolver este problema, mas também trabalhar os equívocos de linguagem que reforçam essa visão. No Brasil, tudo virou cidade. Não se faz mais nenhuma distinção entre vila, vilarejo, povoado e aldeia. Cidade mesmo começa com uma plataforma de uns 100 mil habitantes.

NEAD – *Por esse seu critério, quantas cidades aproximadamente o Brasil tem?*

José Eli – No Brasil, existem no máximo 200 cidades e uns 800 municípios que por critérios internacionais poderiam ser considerados como vilas. Os outros 4.500 são vilarejos. São localidades que pelo critério de densidade demográfica não chegam sequer a 30 habitantes por quilômetro quadrado. Ora, essa é uma densidade da era neolítica, quando nem existiam cidades.

NEAD – *De que maneira o jornalismo pode ajudar a desfazer este mal-entendido?*

José Eli – Acho que há trabalhos extremamente valiosos de jornalistas para os pesquisadores embora estes muitas vezes não percebam. Há uma dificuldade muito grande no Brasil, pelas próprias características do país, que limita em muito os trabalhos de campo. Mesmo os que fazem excelentes trabalhos rurais o fazem baseados em dados estatísticos secundários. E quando chega na fase de checar no campo, se coincidem ou não, é uma coisa muito cara. Imagine a reação

a um estudo de caso feito só por um pesquisador. Sempre irão dizer que esse é um caso particular. Para fazer algo com certo grau de representatividade, seria necessário um grande número de pesquisadores e muitos recursos. Então, temos carências desse tipo de trabalho, além do problema de uso de metodologias distintas. Às vezes é muito mais esclarecedor para nós uma boa reportagem que relata a experiência de um repórter que visita uma localidade dessas por uma semana. Eu já disse ao Cláudio Cerri da revista Globo Rural que ele deveria fazer um livro sobre as suas reportagens. Eu o convidei para vir falar com um grupo de alunos que estava fazendo uma pesquisa junto comigo, quando íamos começar uma etapa no Nordeste, pois ele escreveu excelentes matérias sobre aquela região. No meio do papo, ele disse que vivia propondo uma coisa desse tipo, ou seja, levar os pesquisadores para discutir com os jornalistas na redação. Daí nasceu a idéia deste seminário. Apresentei a proposta ao Jair Borin e em seguida buscamos parceria para o evento. Recebemos imediato apoio do NEAD.

NEAD – *Existe intenção de dar seguimento a esta empreitada?*

José Eli – Demos este pontapé e foi boa a participação. O ideal a partir de agora seria repetir esta experiência regionalmente, no Nordeste, no Norte e em outros lugares. É uma idéia para ser discutida.

NEAD – *Há um preconceito para com o campo e para com o rural?*

José Eli – Acho que no Brasil existe um preconceito muito forte de que o rural é o passado. Talvez pela nossa experiência de uma sociedade que se modernizou com muita rapidez. Isso aconteceu talvez na minha geração. Não me aprofundei muito nisso. Mas, são muitas coisas que se reforçam. Quando o censo demográfico diz “agora a população rural é só 18% e o Brasil é 82% urbano”, fica a impressão de que isso é dito com orgulho de que o país é muito urbano.

NEAD – *Sem contar o fato de os hábitos em diversas metrópoles serem essencialmente rurais.*

José Eli – Isso é que é pior. As periferias dessas grandes metrópoles são na verdade purgatórios. O pessoal não chegou à cidade. Não há mais aquelas características rurais que são tão malvistas e estão ligadas à pobreza, à precariedade. Mas isso não significa que tiveram acesso àquilo que é, em princípio, a cidadania. Ao contrário, há uma espécie de testemunho da impossibilidade de isso acontecer.

NEAD – *O senhor trabalhou em Portugal. Como essa questão é entendida na Europa?*

José Eli – Na Europa há uma valorização do rural. Acho que aqui a coisa tende a mudar, considerando que a classe média tem usado o rural de muitas maneiras para atividades recreativas. Isso leva a uma valorização. Quando falamos em rural as pessoas não pensam nessas coisas, elas pensam em agricultores. Tenho a impressão de que isso sim é malvisto no Brasil. Às vezes ocorrem boas surpresas. A novela *Rei do Gado*, por exemplo, ajudou a valorizar o rural.

NEAD – *Não foi porque o grande empresário da trama ao mesmo tempo que estava no campo podia viajar de avião para São Paulo?*

José Eli – O importante é entender que rural é um critério espacial. Precisáramos dizer o que é de fato urbano, rural ou 'rurbano' no Brasil. Explicitado isso, em princípio, não há diferença de modernidade. Em um país altamente desenvolvido como os Estados Unidos as diferenças de bem-estar entre o rural e o urbano são ridículas. É claro que nas comparações entre faixas de escolaridade mais avançadas, como a universitária, existem diferenças, mas no ensino médio não há. No Brasil a diferença é brutal. O nível de escolaridade da população urbana é muito mais alto.

NEAD – *Nesse caso também não poderia ser chamado de urbano nos Estados Unidos o que o senhor chama de rural?*

José Eli – Não. É o contrário. Quando lemos as estatísticas deles nos surpreendemos. Tenho um artigo (*Jornalistas perdidos no espaço*), cujo título foi dado pelo Estadão, onde escrevo regularmente. Nele critico uma matéria da revista *Veja*. E aí é nítida a confusão, pois geralmente a análise que aparece na imprensa sobre os dados rurais nos Estados Unidos tem como parâmetro a agricultura. Toda vez que eles vão falar do rural nos Estados Unidos pegam uma estatística agrícola. Só existe a preocupação com a quantidade de pessoas que estão trabalhando na agricultura. É óbvio que percentualmente este número é irrisório. Mas pelas próprias estatísticas deles, o rural representa 30% da economia. Poucas pessoas trabalham na agricultura. Agora, se você for ver as estatísticas, o que eles consideram rural, são 30%. Inclusive, em artigo meu mais recente (*Vilão do desenvolvimento rural* – pode ser encon-

trado no site do autor www.fea.usp.br/professores/zeeli) – mostro que, por exemplo, há menos desenvolvimento rural justamente nas áreas mais agrícolas dos Estados Unidos. A agricultura de ponta, em vez de produzir desenvolvimento rural, ao contrário, o esvazia. Nessas áreas é alta a renda *per capita*, mas não há serviço.

NEAD – *Como é a divisão espacial nos Estados Unidos?*

José Eli – Eles têm uma tipologia bem diferente. Existem os condados rurais e urbanos. Dentro dos rurais há uma divisão entre agrícolas, industriais e de serviços. No Brasil, tudo é identificado como setor primário. É preciso fazer uma análise ideológica dessa leitura, pois ela também é base da ideologia anti-reforma agrária que também é reproduzida na imprensa. E não é culpa dos jornalistas. A maior parte dos jornalistas, em princípio, está simplesmente refletindo a maneira como as pessoas vêem o setor. A maioria não está criticando, mas refletindo essa leitura errada. É claro que alguns colunistas são intelectuais orgânicos de determinados grupos. Quando vejo essas confusões, noto que os jornais não têm nada a ver com isso. Eles estão reproduzindo aquilo que colheram. É absolutamente dominante essa visão.

NEAD – *É por isso que algumas pessoas afirmam que a reforma agrária não teria impacto econômico?*

José Eli – Eu afirmo que tem impacto, mas sou minoria. O desprezo é visível. A idéia predominante é a de que esse setor está em extinção. É atrasado e vai se esvaziar mesmo. O máximo que se consegue enxergar é um cenário de manutenção das pessoas no campo o maior tempo possível para que diminua a pressão sobre as ditas cidades. Isso ocorre porque as pessoas não percebem que a chave do desenvolvimento rural é a diversificação econômica. E que a diversificação econômica de uma região em grande parte começa com a diversificação da própria agricultura, e que a diversificação da agricultura está ligada à agricultura familiar. A agricultura extensiva centrada na grande empresa, cuja tendência é a pecuária de corte, soja e no máximo cana, não induz ao desenvolvimento. Onde ela predomina dificilmente essa região se diversifica do ponto de vista econômico. Isto é, não surgem negócios para absorver a mão-de-obra que vai ficando redundante com o aumento da produtividade dessas culturas. Isso vai provocar

vazios demográficos e socioeconômicos no Brasil muito sérios. Se as coisas fossem vistas por esse prisma, todo mundo mudaria de idéia.

NEAD – *E a proposta de eixos de desenvolvimento que o governo quer implantar?*

José Eli – O Brasil em Ação fala em eixos de desenvolvimento. A proposta de estudo foi encomendada pelo BNDES a um consórcio formado por empresas estrangeiras. O que dá para entender com esses eixos é que o governo está querendo contrabalançar a tendência justamente centrífuga dos macropólos urbanos, São Paulo, Rio de Janeiro. Na verdade, macropólos, mesmo, são uns dez. A idéia é canalizar investimentos para esses eixos logísticos, que estão muito voltados para a exportação. Isso contrabalançaria um pouco e levaria o desenvolvimento para áreas que hoje no Brasil estão sem apoio. Se realmente for para valer, deve-se pensar em favorecer a agricultura familiar, e não a pecuária extensiva.

NEAD – *O senhor cita sempre como exemplo países semiperiféricos mais próximos à realidade do Brasil, que seguiram outros caminhos. O Brasil pode ser comparado com algum deles?*

José Eli – Essas comparações são sempre complicadas, mas diria que a Coreia é um bom exemplo. O Japão não é periférico, mas orientou outros nessa direção.

NEAD – *A introdução do Índice de Desenvolvimento Humano municipal contribui para o que o senhor está defendendo?*

José Eli – Acho que foi um tremendo avanço. O município que apresentou os melhores indicadores chama-se Feliz, no Rio Grande do Sul. O que existe lá é agricultura familiar. Estou com grande expectativa, pois acredito que os novos estudos, com dados mais atualizados, vão possibilitar um diagnóstico melhor. Aquilo que foi feito com o IDH municipal estimulou os Estados a fazerem índices próprios mais aperfeiçoados ainda. Está sendo muito interessante. Isso permite uma visão dos municípios que não fique somente nos indicadores do PIB e da demografia. Esses indicadores tentam cruzar acesso à educação, à saúde, que são os indicadores principais para se falar em desenvolvimento.

NEAD – *Que tipo de disparidade esse estudo específico pode revelar?*

José Eli – Primeiro mostrar que PIB e renda *per capita*, necessariamente, não significa desenvolvimento. Numa área onde há agricultura de ponta, que dispensa trabalhadores muito rapidamente, cria-se uma uniformidade que não favorece

o surgimento de outras coisas que possam manter as pessoas empregadas no lugar. O que irá acontecer? Teremos lugares totalmente despovoados mas com um produto de alto valor agregado. Então, sempre vai haver um PIB e renda *per capita* altíssimos, em uma realidade de desastre social. Podem morar lá um fazendeiro rico e um monte de bóias-frias ganhando um salário. A mesma comparação é válida para países petroleiros. A agricultura extensiva de ponta se parece muito com a situação extrativa de petróleo. São países cujos PIBs e renda *per capita* são altos, mas não têm desenvolvimento algum.

NEAD – *Crescimento com desigualdade?*

José Eli – Exatamente. Hoje mesmo os pesquisadores conservadores defendem a tese de que o crescimento é fogo de palha quando há desigualdade. Por exemplo, agora estamos numa fase boa, mas devido à desigualdade brasileira, isso provocará um curto-circuito. Teremos alguns anos de crescimento razoável, porém esse processo se esgota logo porque bate na desigualdade. Isso é uma tese que não era aceita há vinte anos. Hoje, é consenso no mundo todo. Os economistas conservadores só escrevem isso. Foram inclusive os que pesquisaram essa perversidade e estão propondo medidas radicais para reduzir a desigualdade. Dizem, a propósito, que é melhor combater a pobreza, reduzindo a desigualdade, do que crescendo. A rigor, o crescimento por si só reduz a pobreza. Mas eles calcularam e mostraram que se a desigualdade reduzisse, a pobreza acabaria mais depressa. Então, não é que eles estejam pregando o não-crescimento, mas eles acham que tudo há de estar combinando. Antigamente, isso era uma tese de esquerda.

NEAD – *O marco legal para o apoio à agricultura familiar é suficiente?*

José Eli – Foi importante, mas ainda é muito tímido. O que estou justamente tentando propor é uma visão mais ampla. O certo seria uma política para o rural. E aí necessariamente dever-se-ia trabalhar com núcleos de municípios. Os municípios tinham que se associar, fazer um diagnóstico e receber apoio para a promoção do desenvolvimento rural. E o apoio à agricultura familiar, que já está desenvolvida, é uma dessas perninhas. Existem outras que não estão. Por exemplo, há um programa no Ministério do Trabalho e Emprego – o qual já deveria ter ido para o Ministério de Desenvolvimento Agrário e até hoje não foi – que se chama Proger Rural. No entanto, trata-se de crédito

agrícola do mais tradicional. E não deveria ser isso. Deveria ser um programa que estimulasse o empreendedorismo rural sem discriminar a agricultura. A agricultura seria uma das faces. Esse é outro exemplo de política pública que reproduz essa confusão entre o aspecto parcial da agricultura dentro do contexto mais amplo do rural.

NEAD – *O Sebrae tem feito alguma coisa nesse segmento?*

José Eli – Ele vem desenvolvendo algumas atividades. Uma das suas preocupações é com a Zona da Mata. O Sebrae é uma das organizações que está apoiando iniciativas para um novo projeto na Zona da Mata. Aparentemente, não caminhou muito. Mas não quer dizer que a instituição não esteja empenhada. Tenho lido notícias de atuações muito interessantes do Sebrae nas regiões Sul e Sudeste. Mas foi onde a coisa já pegou. Quando se pensa em regiões onde não existe isso, ainda é preciso repensar as estratégias, aproveitando a experiência e o acúmulo da informação que eles têm. Soube de uma experiência em um lugar onde há uma indústria moveleira importante e que também está desenvolvendo o turismo rural, porque conta com uma área de beira-rio importante. Nesse caso, a atuação do Sebrae está sendo muito importante para abrir a cabeça das pessoas, mostrando qual o melhor caminho para se desenvolver turismo rural.

9. Repensar o papel da mídia na cobertura do mundo rural

Entrevista com *Jair Borin*

Respeitado jornalista e professor universitário, Jair Borin ocupa atualmente a chefia do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicação e Artes – ECA da USP. Ele e o professor José Eli da Veiga idealizaram o Seminário “Brasil Rural na Virada do Milênio”, mobilizando jornalistas para apresentarem a visão dos profissionais da mídia sobre esse contexto. Borin foi presidente do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo e atuou como repórter por muito tempo do jornal Folha de S. Paulo. Especialista na área rural, ajudou a montar a equipe do ex-presidente do Incra José Gomes da Silva, em 1985, após o fim do regime militar. Foi também chefe de gabinete no antigo Ministério da Reforma Agrária – Mirad, na gestão do ministro Nelson Ribeiro. Para Jair Borin, a leitura equivocada que a imprensa faz do mundo rural tem um vício de origem: sua expansão é quase toda vinculada às atividades urbanas. Trata-se, portanto, de um fenômeno imbricado com esse tipo de desenvolvimento, com raros momentos de preocupação com a realidade do mundo rural.

NEAD – *Qual a visão dos jornalistas, hoje, sobre o mundo rural?*

Jair Borin – A discussão desse tema, neste evento, organizado pelo NEAD e a USP visou dimensionar o que é rural e o que é agrário. Acho que há distorções de análise, que levam a uma visão equivocada da importância desse setor, que ainda é expressiva em grande parte do país. Um desses equívocos é a referência estatística isolada do produto rural computado no PIB, que aparece no máximo com 12%. Mas quando se associam a eles serviços e agroindústria, sua importância salta para outro patamar. Assim, a inserção de jornalistas nas reflexões deste seminário cumpriu o objetivo de iniciar uma discussão sobre a importância que o

rural , efetivamente, tem. Acredito que a imprensa contribuiu para algumas confusões. Pois, ao analisar, principalmente, dados do censo e do crescimento absoluto da economia, e não associar a multidisciplinaridade existente na área, ela acaba por excluir de atividades correlatas ou integradas a importância que o rural tem no contexto da sociedade brasileira. Em vários Estados e pólos regionais do país a predominância do rural é muito forte. Assim, não entender adequadamente essa realidade significa não estudar soluções e nem lhe dar a importância devida.

***NEAD** – E quais são as principais confusões presentes na leitura que a mídia faz do mundo rural?*

Jair Borin – Temos uma mídia que persegue o espetáculo. E não sou eu quem está afirmando. Vários estudos apontam para essa direção, tanto nos Estados Unidos quanto na França e Itália. A espetacularização da notícia acaba favorecendo essa visão urbana da sociedade, com destaque para a violência, o crime, a droga, o consumismo, o adolescente agressor, entre outros problemas. No meio rural, como estes problemas não ocorrem com tanta intensidade, sua cobertura é marginal na imprensa. Há uma participação muito forte do trabalho infantil em várias atividades rurais. Há carências de recursos, investimentos e, sobretudo, um ensino mal adequado para as populações que ainda vivem no interior do país em municípios que são tipicamente rurais. Até os projetos governamentais contemplam muito precariamente a família que, hoje, vive agregada à economia rural.

***NEAD** – Como podem ser desfeitos esses equívocos?*

Jair Borin – Nesse primeiro debate, buscamos construir uma reflexão sobre a necessidade de se repensar o papel da mídia na cobertura do rural. Foi uma primeira tentativa, que procurou levantar questões sobre uma nova dimensão para o entendimento dessa realidade. Creio que cumrimos pelo menos parte desse objetivo, especialmente pela qualidade das pessoas que foram convidadas para fazer suas intervenções. Tivemos as contribuições de Ulisses Capozoli, que hoje preside a Associação Brasileira de Jornalismo Científico, que trabalhou muitos anos nos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, e de outros veículos onde trabalhou; de Humberto Pereira, diretor de redação do Globo Rural; de Rogério Furtado, que trabalha atualmente com *agribusiness*, e com longa atividade na Folha de S. Paulo e na revista Globo Rural; e a de Cláudio Cerri, que tem

sido responsável por excelentes reportagens na revista Globo Rural. Esses jornalistas representam, hoje, o que há de bom na mídia na abordagem do rural. Portanto, tivemos a oportunidade de conhecer melhor essas contribuições. E, a partir de agora, vamos procurar divulgá-las, principalmente nas redações. Outro aspecto importante foi o entrosamento entre os pesquisadores e os jornalistas, possibilitando visões múltiplas sobre o universo complexo da economia e do social brasileiros. Essa interação é bastante proveitosa para todos e pode até iniciar um processo mais articulado para discussões conjuntas e periódicas sobre esse tema.

NEAD – *É um problema de pauta ou preconceito?*

Jair Borin – Existem limitações pelo sistema de agendamento da pauta e também por uma visão dos grandes problemas sociais somente a partir da metrópole, relegando a um segundo plano a situação da pequena cidade, do pequeno município, dos chamados grotões brasileiros. E isso acaba contribuindo para que se tenha, a meu ver, um jornalismo muito parcial, em que a realidade é vista somente sob o ângulo da violência urbana, da pauta urbana quando, na realidade, em algumas áreas a própria separação entre o que é urbano ou rural não é tão nítida como se imagina. Essa visão direcionada para a cidade, e pela cidade, exclui da pauta assuntos que são relevantes também e têm uma dimensão muito maior do que geralmente se pensa. Cidades como São Paulo ainda têm um cheiro de rural. A migração maciça para as grandes áreas metropolitanas se fez, há três décadas e continua ainda hoje. Portanto, na periferia de São Paulo, em bairros como Jardim São Luís, Brasilândia, Jardim Ângela, por exemplo, encontra-se uma mescla de rural e urbano. Em Jaguaré, onde moro, todos os domingos, há carrocinhas nas ruas, puxadas a cavalo, vendendo alguns produtos do Nordeste como farinha, e outros para uma população que até ontem estava no campo. E isso não aparece na imprensa. Não há uma pauta que aborde isso. A interação desse público e um melhor conhecimento do rural são fundamentais para que se tenha uma dimensão real da nossa economia, dos problemas da nossa sociedade e de como enfrentá-los.

NEAD – *A falta de percepção desses valores culturais, do modo de vida que as pessoas trazem do campo e continuam reproduzindo nas grandes cidades contribui para políticas públicas equivocadas em alguns municípios?*

Jair Borin – Seguramente, sim. O professor José Eli tem apontado problemas provocados por esse tipo de incompreensão. Vejo como jornalista. Nossa produção jornalística, desde o século passado, foi gestada em algum núcleo urbano, para uma população que morava nos centros administrativos do país. O jornalismo brasileiro, até o início do século XX, se expressava em poucos jornais, editados em algumas das principais cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife e Porto Alegre. E toda a circulação dessa informação era restrita ao âmbito da cidade. Até porque não havia uma malha ferroviária que adentrasse no interior do país para levar esse produto e tampouco havia um público escolarizado ou com poder aquisitivo para comprar o jornal fora desses centros. A imprensa sobretudo é urbana, logo, reflete os problemas urbanos. Em geral, os grandes jornais, como O Estado de S. Paulo, fundado por grupos de produtores de café, ou de empresários ligados ao comércio. Esses jornais refletem apenas os interesses dessas oligarquias, mas não cobrem o interior do país, onde estava implantada a base produtiva dessa economia. O jornal se concentrava na política de exportação, no subsídio para a cafeicultura, recursos públicos para a mudança do sistema escravocrata para o colonato, mas não abordava as questões específicas como as dificuldades enfrentadas pelo colono na base de trabalho, a acessibilidade à escola, à moradia, que era precaríssima no interior. A grande imprensa não fazia sequer o dever que se espera de uma imprensa de classe, ou seja noticiar os graves problemas que afligem a população. Ela só olhava a economia pelo ângulo dos grandes proprietários e corretores de café e não pelo lado de quem está envolvido diretamente na produção. Padecemos desse mal até hoje. A nossa imprensa, dita do interior, do ponto de vista de conteúdos, é inexpressiva. Ela reproduz, na cidade, que tem uma economia rural, o material da grande metrópole que vai por meio das agências nacionais ou por um jornal. É possível encontrar nela, às vezes, até uma boa cobertura de temas internacionais e nacionais junto com uma abordagem medíocre da realidade local.

NEAD – *Uma vontade desesperada de ser elite cosmopolita?*

Jair Borin – Como ela é feita para uma pequena elite, acaba reproduzindo esta visão de fora, alheia aos problemas locais. Veja a trajetória dos grandes jornais do país. Em alguns momentos, até chegam a cobrir os grandes temas nacionais com pertinência, como no caso das Diretas Já, ou nas denúncias que redun-

daram na cassação do Collor, por exemplo. Mas no cotidiano, suas primeiras páginas falam mais de assuntos internacionais do que nacionais. É a visão de fora. Não nos vemos como sujeito da informação. Não somos protagonistas, mas atores secundários. O que significa numa peça trabalhar no papel menor. Essa visão perdura, a meu ver, até hoje na imprensa em geral.

NEAD – *Um melhor diálogo entre pesquisadores que trabalham nessa área e os jornalistas poderia então ajudar a desfazer esta trama?*

Jair Borin – Sim porque hoje não há diálogo. Alguns veículos que se propõem a divulgar o rural não o fazem com a pertinência devida. Por exemplo, a cobertura jornalística do setor mostra o rural do ponto de vista, digamos, turístico, ecológico, ambiental, talvez, mas não mostra suas contradições internas, seu sistema produtivo e sua interligação com o restante da economia.

NEAD – *Só mostra boas experiências?*

Jair Borin – Sim. Experiências laboratoriais que, de certa forma, caminham um pouco para o difusionismo, mas que não têm uma análise nas suas matérias, que dê resposta para uma agricultura tradicional, ainda muito praticada nesse mundo rural e que é deficiente diante dos recursos de que aquela família dispõe no campo. Mostra-se o exótico, o artístico, o turístico, mas não a realidade internalizada nesses rincões mais afastados dos grandes centros, que constituem a base física maior do país e que têm uma importância social muito maior do que as projetadas nas estatísticas econômicas.

NEAD – *E o que acontece com o rádio, por exemplo?*

Jair Borin – Acho que a batalha do rádio como grande mídia para a população rural foi perdida. O rádio foi um grande instrumento de comunicação nacional do início dos anos 40 até o fim da década de 70. O rádio da atualidade é um instrumento de comunicação interativa principalmente nas grandes cidades. Há uma fragmentação das emissoras por meio das FMs – hoje, a maioria das emissoras no Brasil opera em FM, com alcance setorizado, limitado – e elas se especializaram na cobertura local. Você entra no seu carro, sintoniza a emissora para ver como está o trânsito, a partir de informações de um repórter instalado num helicóptero, ou transmitidas por alguns fãs do jornalismo, que interagem por meio do celular, tornando-se informantes gratuitos das emissoras. Os momentos de *rush* registram o pico de audiência.

Fora daí, no trabalho, o rádio desaparece, e, à noite, nos lares, a televisão é hegemônica. Na área rural, o processo é diferente. De manhã, ao acordar, o trabalhador escuta pouco o rádio. Em geral, a estação local passa um programa caipira, de humor. Depois, um informativo, de abrangência regional, com poucas pautas e mal apurado. Mas à noite, após o retorno do trabalho, é televisão direto. Com a televisão cobrindo quase todo o território nacional, graças à parabólica, o rádio perdeu muito da sua função. Mesmo em áreas rurais remotas, se a família tem acesso à energia, ela procura uma parabólica para sintonizar um canal de televisão, porque as pessoas só fazem parte da sociedade se conhece um programa de televisão, principalmente, esses programas que compõem o lixo televisivo: Ratinho, Leão etc. Infelizmente, a família de baixa renda e, também, da classe média interiorana, que constitui o maior público desses programas, só encontra nelas a realidade distorcida, vista pelo ângulo do sensacionalismo, do escatológico. Eles levam para este público uma falsa realidade onde só as aberrações têm valor informativo e cultural. Por sua vez, a Rede Globo conseguiu homogeneizar os gostos da classe média nacional e dar um padrão mínimo para alguns produtos televisivos, interagindo com toda a população. Em geral, as novelas das 20h30 entram bem nesse urbano. O SBT foi buscar nos dramalhões mexicanos outro tipo de novela para esse mesmo horário. E ela entra mais nos pequenos municípios do que a Globo.

NEAD – *Existem pesquisas sobre isso?*

Jair Borin – Existem. O SBT consegue um bom público nas pequenas cidades e municípios de base rural. E depois vêm alguns programas em que a TV Globo é majoritária. O Linha Direta é um programa que abrange o país todo e entra bem na área rural apesar de ser veiculado num horário um pouco mais tarde.

NEAD – *Qual sua opinião sobre as últimas novelas da Rede Globo que fizeram abordagem do mundo rural?*

Jair Borin – O Cravo e a Rosa tinha um perfil mais de passagem entre o rural e o urbano. Usou-se um tema shakespeariano (A Megera Domada) ambientada numa São Paulo quase rural. A presença do rural na novela era tão imediata que você tinha uma interação de imagens entre a fazendola dos personagens centrais (Petrúquio e Catarina) e a cidade aonde eles vêm com muita frequência. Nessa novela você tem uma São Paulo grudada no rural, interagindo com a

economia rural periférica. Tudo que é feito na fazenda é vendido na cidade e as pessoas transitam entre cidade e campo. A novela tentou resgatar esse passado um pouco mítico e recente que tem mais ou menos cem anos. A novela Uga Uga também. Ela joga o tempo todo com o contradição entre um mundo idílico indígena, de uma aldeia de difícil acesso, bloqueada por uma passagem misteriosa e o subúrbio do Rio de Janeiro. Seu eixo discursivo é a contradição entre o urbano carioca e esse paraíso perdido. Houve nela um emprego exagerado e estereotipado dos padrões de cultura e de costumes de uma certa classe média carioca, como, por exemplo, uma liberdade sexual quase que total. Penso que há muita confusão nessas novelas que tentam interagir o rural e o urbano principalmente na Rede Globo. Na Record e no SBT, mesmo a linguagem sendo um pouco mais cafona e sentimentalóide, essa presença não está tão estereotipada. Talvez por isso a adesão dos telespectadores nos pequenos municípios a essas duas emissoras seja maior.

NEAD – *E a novela Terra Nostra, que tentou retratar a migração italiana no Brasil?*

Jair Borin – Acho que é um tema importante para São Paulo e não para o Brasil. O que emocionou o Brasil foi mais a história de amor. Pouco importava se aquela história de amor girasse em torno de algum navio que viesse da Itália, do Titanic ou de outro lugar. A cultura que ela procura mostrar é o hibridismo entre o italiano que vem para o Brasil e alguns valores do interior de São Paulo. Mas acho que foi mal trabalhada. A impressão que se tinha naquela novela era de que as famílias italianas deviam trabalhar pouco, pois toda noite dançavam, bebiam vinho e cantavam ao redor de uma fogueira. A vida nas colônias de fazendas, porém, não era assim. As festas rurais nas comunidades que imigraram eram raras devido à alta demanda do trabalho. Quando o trabalhador chegava a sua casa só queria comer e cair na cama para enfrentar a jornada do dia seguinte. Então, há esses estereótipos que foram forjados ali. O ambiente rural foi bem captado, sobretudo a questão da remuneração do trabalho, da colheita; a esperança de um dia vir a ter o seu pedaço de terra, o seu negócio, que se reproduz na fala e nos anseios de um ou outro membro da comunidade italiana que quer plantar a sua parreira e colher o seu vinho. Talvez o melhor exemplo de injunção política do campo na novela tenha ocorrido em O Rei do Gado, que captou bem a questão do conflito rural. Ela deu uma visão do sem-terra do ponto de vista social. Não tratou o sem-terra – um lutador por um espaço para plantar, criar, exercer a sua

atividade de cidadão – como um marginal. Claro que por trás havia também uma história de amor tão melosa como qualquer outra. Mas sem dúvida seu enfoque contribuiu para acabar com alguns preconceitos em relação ao trabalhador sem-terra, chegando a fazer até um papel pedagógico. São poucos esses momentos. No geral, tem-se uma novela muito alienadora, abordando sem propriedade alguma a questão social, sem conseguir produzir uma síntese entre a realidade rural e urbana.

NEAD – *E os programas jornalísticos? Eles já superaram a fase do preço da arroba do boi?*

Jair Borin – Temos o Canal Rural, o Globo Rural, algumas experiências regionais na própria Globo. A TV Varginha, que a retransmite no sul de Minas Gerais, exhibe programas cujos controles informativos situam bem os problemas, contribuindo para o esclarecimento de algumas pragas, doenças, práticas necessárias para combater esses males, aumentar a produção e ajudar na comercialização do produto. Mas realmente falta-lhes integração, principalmente, do ponto de vista horizontal, ou seja, a continuidade de temas abordados.

NEAD – *Como assim?*

Jair Borin – O tema da corrupção, por exemplo. A grande imprensa por meio de retrancas e pautas vai costurando um pouco essa informação sobre a realidade e, de certa forma, permite ao consumidor daquele canal, daquele meio de informação, um acompanhamento, com um volume de informações. A imprensa não está tão ruim a ponto de sonegar informações e de não formar, nesse público, uma opinião crítica. Agora, em relação ao rural isso não acontece. Aí sim a informação é segmentada e gravita muito entre o espetáculo, a curiosidade, a informação científica de mercado. Porém, não há uma costura desses três momentos. O Globo Rural dá alguns *flashes* em cima da produção, mas ele se especializou muito numa grande reportagem ambiental ecológica (o espetáculo) e numa outra reportagem sobre alguns problemas levantados pelo público usuário do programa, como pragas e doenças. Seu público principal é o cidadão classe média da cidade que tem um sítio, ou pretende tê-lo, numa busca de retorno às origens. Aquele que depende exclusivamente da renda não é atendido nesse programa. Não há um programa jornalístico no rádio ou na TV que faça a interação entre o centro de pesquisa, a extensão e o usuário desses benefícios decorrentes do avanço tecnológico. Falta dinamizar essas informações, mas tenho dúvida se alguém vai querer patrocinar isso.

NEAD – *Será que não existe possibilidade de um marketing nesse segmento que viabilize uma nova programação?*

Jair Borin – É preciso estudar uma estratégia de *marketing* para esse tipo de programa. Hoje o *marketing* publicitário é todo voltado para serviços urbanos e a indústria, sobrando muito pouco para a área rural. Será que não haveria grandes empresas interessadas nessa área? Eu acho que há. É uma questão de se tentar trabalhar um pouco esses mercados e fazer essa interação até mesmo nas bases de uma empresa capitalista que visa ao lucro.

NEAD – *O professor José Eli da Veiga critica a visão muito política e pouco jornalística da imprensa sobre o campo, em temas como a reforma agrária, por exemplo, sobre o que muitos veículos insistem em dizer que só tem relevância pelo aspecto social.*

Jair Borin – Ele tem razão quando aborda algumas dúvidas e tenta dar respostas a alguns preconceitos que a imprensa acabou forjando em relação ao rural, especialmente quando sonega a importância que ele tem no conjunto da nossa economia. Mudar isso é muito difícil, pois como já resaltei, temos um jornalismo que nasce num quadro de cidade, voltado para um público urbano, e pouco preocupado com o setor rural. E num país que foi essencialmente rural até os anos 60 e que continua ainda com a participação relevante de uma produção e de uma presença das atividades rurais tanto na base agroexportadora como na geradora de bens agrícolas para os mercados internos. Essa imprensa tem no jornalismo político e no jornalismo do cotidiano das grandes cidades sua maior preocupação. Há um preconceito na grande imprensa, que identifica o rural com o atraso social. No século 19, quando surge a imprensa no Brasil, o tema mais pautado era a cafeicultura. Depois vem o algodão, nos anos 20 e alguns outros produtos. Nos anos 60, a citricultura e, hoje, a soja e a pecuária. Então, fora da área desses grandes produtos de exportação, a agricultura praticamente não existe na grande imprensa. O rural social é retratado como o conflito entre um trabalhador retrógrado, que teima em provocar o governo, ou o caipira atrasado e supersticioso. É o folclore. A agricultura de fundo de quintal passa a ser uma preocupação pela questão ambiental que ganha curso no mundo todo. Logo, uma visão importada da Europa e dos Estados Unidos. Não é uma coisa nossa, local, que aborde, com ângulos nacionais, esses problemas que estão aí. O que seria ver com esses olhos do

Brasil nacional? É tentar compreender, por exemplo, que milhões de famílias querem continuar no campo e ter um espaço para exercer uma atividade rural economicamente compensadora. Num país onde a divisão de renda é tão dispar – há grande parcela da população nessa faixa de um até três salários mínimos, alguns setores até sem renda monetária, e um número ínfimo de fortunas que se apossaram, praticamente, da maioria dos bens produtivos – pessoas que querem e sabem, certamente, transformar um pedaço de terra, seja de uma forma agregada ou individualizada, numa atividade econômica importante para elas, talvez, com renda superior àquela que afeririam ou na economia informal ou nos pequenos serviços oferecidos na cidade. Recentemente, foi aberto um concurso público de gari no Rio de Janeiro onde se inscreveram 30 mil pessoas para um salário de R\$ 280,00. Esse tipo de loucura poderia ser abordado de uma outra ótica pela imprensa, ajudando a mostrar que existem outras saídas mais dignas para combater o desemprego e gerar renda para este contingente de brasileiros.

NEAD – *E as tentativas de reforma agrária após o fim do regime militar?*

Jair Borin – No governo Sarney, quando foi lançado o Plano Nacional de Reforma Agrária, a mídia foi muito hostil. Além disso, o governo tinha suas contradições e o próprio Sarney contava com pessoas que trabalham dentro do Palácio do Planalto contra o Plano. Dentre eles o Fernando César Mesquita, que estava ali para falar mal da proposta e denegrir a imagem de autoridades que estavam defendendo a reforma agrária. O governo Collor não fez coisa alguma. No governo Itamar e no primeiro mandato do Fernando Henrique Cardoso, a imprensa foi simpática com a questão rural. É quando surge, tanto na novela quanto no próprio noticiário, uma visão menos hostil e criminalizadora das atividades do MST. Acho que a Contag e o MST ganham um bom espaço nesse momento. O quadro se reverte no segundo mandato do governo Fernando Henrique. É preciso investigar mais a fundo o que aconteceu. Acredito que essa hostilidade partiu da própria política do governo em relação à mídia, da mesma forma como Sarney transformou as atividades relacionadas ao Plano Nacional de Reforma Agrária em atividades hostis ao capital e ao crescimento da chamada agricultura de precisão, de base empresarial. De certa maneira, temos agora esse mito do aspecto meramente social da reforma e de que o setor é deficitário. Em alguns discursos usou-se, inclusive, a palavra caridade para justificar o programa em curso. Deveria haver mais ousadia por parte do gover-

no federal em levar o programa da reforma agrária à frente. O governo acredita que por meio de um incentivo à informalidade resolverá a questão do desemprego. Ele deixou de olhar o campo como potencial de resposta, principalmente a agricultura familiar. De um lado ele não amplia os assentamentos, de outro, desestimula as linhas de financiamento diretas para o sucesso desses assentamentos. Prefere hostilizar o MST, marginalizando-o, e tratando o movimento como criminoso e infrator. A mídia faz coro com isso. Fernando Henrique tem uma inserção muito forte na imprensa. Ele é um presidente que acabou fascinando repórteres e editores de jornais. É culto, fala bem três ou quatro línguas. É uma figura respeitada academicamente pela sua contribuição no passado, cavalheiro, democrata, enfim, tudo que empolga nossas elites. Os poucos que não confundem esses atributos e procuram fazer uma análise mais crítica são acusados de estarem buscando a desestabilização ou impedindo o diálogo democrático. Infelizmente, é essa a leitura que os editores e boa parte dos repórteres fazem.

NEAD – *Vocês já estão pensando em outros seminários?*

Jair Borin – Vejo esse debate como uma primeira tentativa de namoro. Em outras ocasiões foram realizados alguns eventos procurando essa aproximação, mas sempre conduzidos sob um enfoque restrito e imediato do tema abordado. Fizemos aqui na USP seminários especializados sobre jornalismo agropecuário. Mas nunca um seminário abordando economia e jornalismo, sociologia e jornalismo ou ciência, sociologia e jornalismo. Com esta experiência talvez possamos avançar, construindo multidisciplinarmente uma unidade de trabalho que extrapole os limites restritos de uma visão setorial do problema.

10. Encruzilhada rural

Por *Cláudio Emílio Cerri*

Guardiões da auto-estima jornalística garantem que uma boa pergunta representa meio caminho andado para a resposta. Depois de 25 anos fazendo perguntas eu já não tenho tanta certeza disso. Mas algumas interrogativas óbvias me ocorrem a partir do tema proposto para esse debate.

I) O reposicionamento do rural diante do mundo – e do mundo diante do rural – já adquiriu a transparência de um fato jornalístico? O jornalismo já conseguiu identificar novos propulsores na dinâmica de seu objetivo, que não apenas aqueles herdados do produtivismo e da ortodoxia tecno-econômica?

II) Por que essa reciclagem do foco é tão lenta e difícil? Quais as conseqüências disso para o jornalismo especializado? Quais as conseqüências para o próprio debate sobre o futuro rural?

Escudado nessas interrogações de abrangência defensiva – e de caráter pessoal, “sem vínculo empregatício” – fica mais fácil especular em algumas direções.

A própria organização deste evento sugere que o novo conceito do rural ainda não foi devidamente equacionado; muito menos o seu equivalente jornalístico. Vivemos uma transição crítica do objeto e do seu cronista. E isso explica em grande parte a perda de tónus do jornalismo rural nos últimos anos.

A imprensa especializada hesita diante de uma fronteira cada vez mais difusa, cuja dinâmica saltou a porteira e atropelou as cercas tradicionais. Acomodado, o jornalismo dito especializado não se questiona, fechando-se num espaço afunilador e repetitivo que ocupa um terreno cada vez mais subalterno no interior das empresas e no mercado editorial.

É certo que essa anemia coincide com uma explosiva segmentação, que ampliou extraordinariamente o cardápio dos veículos de circulação dirigida.

Tal fragmentação, porém, apenas privatizou e estreitou ainda mais a temática rural. A suposta objetividade técnica blindou as partes de um todo que ninguém mais consegue enxergar.

Apesar do tempero ecológico dos últimos anos, editorialmente a produção do alimento continua sendo tratada como um assunto majoritariamente privado. Na contramão, portanto, de uma expectativa mundial de convergência para o trinômio saúde-nutrição-preservação ambiental.

Hoje, existe apenas uma revista de circulação nacional que toca nessas questões sem ter um foco empresarial/corporativo.

Não digo que o faça bem; nem melhor que qualquer outra. Apenas chamo a atenção para a raridade, imposta, quem sabe, pela própria lógica de uma circulação ampliada.

De qualquer forma, a crise de identidade no jornalismo rural não poupa logotipos ou tiragens. É generalizada. As empresas de comunicação de uma forma geral, têm dificuldades compreensíveis de enxergar a urgência de um reposicionamento profundo nesse segmento. A miopia reflete, entre outros fatores, a difícil equação comercial que a reciclagem impõe. Em dúvida, opta-se por não investir. Os veículos carecem de criatividade, de recursos técnicos e humanos. Enrijecidos até do ponto de vista gráfico, não dão conta de uma temática que transborda das suas páginas.

É sintomático, por exemplo, que a Editora Abril, a maior do país, tenha batido em retirada desse segmento desafiador em meados dos anos 90. Na TV, um programa reina soberano, como uma referência daquilo que o talento jornalístico pode fazer nessa área. Mas é uma estrela solitária.

A cobertura do setor, de um modo geral, acomodou-se no autismo histórico de quem enxerga o campo como um mero entroncamento de safras e insumos. A abordagem a-histórica e anacrônica conduz ao ciclo vicioso de irrelevância comercial e editorial. O conservadorismo reflete em grande parte a própria gênese de uma imprensa datada. O jornalismo rural é uma variante do jornalismo “econômico”. Ambos incubados à frio no ventre escuro da ditadura militar dos anos 70. O parto deu-se à margem do país real, impermeável à contestação e ao debate. O aleitamento foi à base do *off the record*; a educação, um adestramento pela voz do dono. O filho pródigo cresceu portador de seqüelas múltiplas.

Economicismo seminal; doses cavalares de ortodoxia e elitismo. Enfim, um caráter programado para preservar a ordem dos grandes interesses, sem contemplar os interesses excluídos por essa ordem.

Compreende-se assim porque o tema da reforma agrária ocupa espaço tangencial nas páginas da cobertura agrícola até hoje. Ou porque as preocupações com o consumidor restringem-se à quantidade e preço. O MST tem esse mérito inegável: lembrar-nos periodicamente que essa hegemonia do *agribusiness* representa o continuísmo de uma trajetória secular de exclusão pela propriedade da terra. Corrigí-la implica superar uma bateria de obstáculos de natureza política, técnica e editorial.

Correndo o risco do simplismo, poder-se-ia dizer, implica afrontar a primazia do *agribusiness* na discussão do futuro rural. Não é uma tarefa fácil. Para o jornalismo começa por encontrar respostas à indagação primeira das empresas: “Os anúncios, a quem vamos vender anúncios? Qual a ancoragem comercial dessa publicação renovada?”

As dificuldades são terríveis, mas não intransponíveis. Hoje, mais que nunca, o absolutismo do *agribusiness* encontra-se vulnerável aos olhos da opinião pública. O produtivismo a qualquer custo gerou, primeiro, montanhas de manteiga e sobras obscenas de cereais em meio à fome renitente no planeta.

Agora, deflagrou o pânico sanitário. O “Le Monde”, de 6 de março, publicou um editorial que toca na raiz do problema. Diz o diário francês que se a disseminação da febre aftosa e da encefalopatia espongiforme (a doença da “vaca louca”) atingiu em cheio a Inglaterra, não foi por acaso. O fato comprova a falência de um modelo produtivista que o Reino Unido abraçou de forma extremada. Agora, sua agricultura desmorona. Em outras palavras, a “vaca louca” desvelou a lógica louca e exclusivista do lucro na produção dos alimentos. Ela transformou herbívoros em carnívoros; depois, em peste.

A pesquisa biotecnológica patina igualmente, associando sua imagem a de um anexo científico dos interesses monopolistas. Estes, como se sabe, têm prioridades próprias; não raro elas configuram um antagonismo entre economia e sociedade. Uma sociedade fragmentada, porém cada vez mais atenta às intersecções entre a comida, a saúde e a ecologia.

O saldo positivo é que o *agribusiness* perdeu a precedência da última palavra.

Quem posava de portador do futuro deixou de sê-lo. Não há mais modelo inquestionável de segurança alimentar. Que segurança pode existir quando se ignoram os efeitos sanitários de um descolamento da natureza? Apenas para refrescar a memória: há cinco anos a ciência não enxergava indícios de que a encefalopatia espongiforme pudesse afetar o metabolismo humano.

É sempre possível contra-argumentar com uma política de resultados:

- o Brasil exportou US\$ 14,4 bilhões em alimentos no ano passado;
- importou apenas US\$ 3,7 bi;
- um superávit de US\$ 10,7 bi;
- para este ano o saldo previsto é de US\$ 11,5 bi;
- a safra de soja deve crescer 5%;
- a “vaca louca” intensificou a troca de rações de origem animal pelo farelo.

Ponto para o Brasil

Não importa o que a sojicultura está fazendo nos cerrados. Trata-se de uma externalidade. Um imperativo das contas externas. O *agribusiness* pode nem ser uma fonte de alimentos confiáveis. Mas é uma usina estratégica de geração de dólares. Além disso, o produtivismo permitiu uma queda inegável nos preços dos alimentos. Na assustada Inglaterra, por exemplo, eles caíram 10% nos últimos dez anos. No Brasil, viabilizaram a inflação baixa e o Plano Real. Para os ingleses, o triunfo tatcheriano custou a falência de 25% dos produtores; no Brasil, transformou a política agrícola num fomento às avessas de destruição da agricultura familiar.

A “vaca louca” talvez seja a gota d’água dessa dualidade perversa. Talvez simbolize, pelo menos na Europa, um ponto de não-retorno. Um salto sem volta que inaugura o século 21 no espaço rural.

Depois da “vaca louca”, o rural nunca mais será olhado como um mero entroncamento de safras e insumos. A crise dos rebanhos europeus devolveu-lhe a dignidade de um elo redescoberto entre a saúde do homem e a da natureza. Isso muda tudo.

Na Alemanha mudou até o ministro da Agricultura, levando a militante do Partido Verde, Renate Kunaste, a assumir o posto com um objetivo ambicioso: converter 20% do campo germânico ao manejo orgânico.

O jornalismo rural ainda reluta. Até quando poderá se comportar como se fosse um George Bush diante do Protocolo de Kyoto, as tiragens é que vão dizer. Os sinais que elas emitem, de qualquer forma, não são auspiciosos. O jornalismo conseguirá recuperar o tempo perdido adaptando-se à agenda rural do século 21? Ou amargará até o fim a obsolescência, atado ao destino de um modelo crepuscular? A quem caberá discutir essa agenda à procura de uma mídia: o rural como filtro telúrico de regulação ambiental, alimentar, demográfica e até cultural contra o desvario tecnológico e economicista?

Não vamos nos iludir. A lógica do produtivismo a qualquer custo ainda tem adeptos respeitáveis – no jornalismo, na academia e no governo. Para estes, as críticas aqui rascunhadas não passam de ingênuo exercício pastoril. A “vaca louca” vai passar – a peste suína não passou? Outras loucuras virão, mas o modelo fica. O desenvolvimento econômico, desse ponto de vista, é um deus *ex-machina* que tudo sanciona e redime. Um moto-perpétuo capaz de superar mazelas sociais e ambientais numa eterna fuga para frente – como se o planeta não tivesse fim e a nossa paciência, idem.

Diante desse quadro, gostaria de concluir citando as palavras de um ilustre brasileiro.

Ei-las:

“(...) o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial será sempre o privilégio de uma minoria. O custo, em termos de depredação do mundo físico desse estilo de vida, é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda civilização, pondo em risco a sobrevivência da espécie humana. (...) a idéia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável. (...) as economias da periferia nunca serão “desenvolvidas”, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. (...) essa idéia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios para legitimar a destruição de formas de cultura, (...) a destruição do meio físico... (e) justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo. Cabe portanto afirmar que a idéia de “desenvolvimento econômico” é um simples mito....(um mito para) desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade...”.

Trata-se de um trecho do livro “O Mito do Desenvolvimento Econômico”, escrito há quase 30 anos pelo insuspeito paraibano de Pombal, Celso Furtado.

11. Brasil rural vai além da agropecuária

Por *José Eli da Veiga*

Se a população rural do Brasil fosse de 32 milhões de habitantes, como diz o Censo Demográfico de 2000, a economia rural do país seria menor que seu setor agropecuário. A conta é simples. A esses 32 milhões corresponderiam cerca de 15 ou 16 milhões de ocupados, enquanto o setor agropecuário sozinho ocupa uns 20 milhões. É verdade que o Censo Agropecuário de 1995/6 só achou 18 milhões. Todavia, ao ignorar os menores estabelecimentos, provocou uma subcobertura da ordem de 20%, revelada por levantamento simultâneo feito pela Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo (Lupa). Pode-se estimar, portanto, que em meados dos anos 1990 a agropecuária ocupasse – ou melhor, subocupasse – uns 21,6 milhões.

Tanta incongruência entre as estatísticas demográficas e as agropecuárias só acabará quando for superada a obsoleta visão normativa da separação urbano/rural instaurada no Estado Novo pelo Decreto-Lei nº 311/38, como foi explicado no artigo "*O Brasil é menos urbano do que se calcula*", publicado nesta coluna em 30 de junho. Adotando-se critérios mais razoáveis de análise da distribuição espacial do povoamento, percebe-se que a população rural do Brasil é de quase 52 milhões de habitantes, parte dos quais têm laços apenas indiretos com a agricultura. A população rural economicamente ativa deve estar próxima de 25 ou 26 milhões, dos quais uns 20 milhões exercem algum tipo de atividade agrícola, mas com exclusividade decrescente.

Duas razões impedem que o setor agropecuário seja maior que o Brasil rural, e só confirmam que o Brasil rural é bem maior do que sua agropecuária. Quando se observa o processo histórico dos países que mais se desenvolveram, é fácil perceber que o progressivo encolhimento da população ligada à agropecuária não foi acompanhado por queda comparável da população rural.

Hoje, a agropecuária corresponde a menos de 10% dos EUA rural, por exemplo. Também não é difícil perceber que em quase todas as localidades de diminuta população e baixa densidade demográfica, de qualquer canto do mundo, há envolvimento profissional dos que residem e trabalham na sede com atividades agropecuárias. Assim como também tende a ser cada vez mais freqüente que os agricultores residam na sede, ou tenham dupla moradia. Pequenos empreendedores e profissionais liberais, como lojistas, taberneiros, alfaiates, ou dentistas, todos também têm um “pé na roça” quando vivem em municípios rurais. E membros da família de sitiantes, fazendeiros, ou chacareiros, também são empreendedores ou empregados nos mais diversos ramos dos serviços e manufaturas. Enfim, quanto mais rural é um município, menor é a impermeabilidade dos setores econômicos.

Fora de aglomerações e centros urbanos há muito mais osmose entre os três setores econômicos do que sugerem as estatísticas brasileiras. Elas só dão conta de 60% do Brasil rural. A manutenção da anacrônica separação inframunicipal e administrativa dos espaços rurais e urbanos oficiais força que os estudos sobre o Brasil rural se restrinjam aos 32 milhões de habitantes que residem fora dos perímetros que as Câmaras Municipais consideram urbanos. Infelizmente não se referem à vida de todos os 52 milhões que residem nos 4500 municípios rurais.

Essa deplorável distorção talvez venha a ser corrigida no futuro. Seja com o surgimento de estatísticas que usem critérios mais modernos e adequados para delimitar os espaços realmente urbanos, seja por estudos que consigam consolidar um banco de dados sobre os 4500 municípios rurais e os quase 600 “rurbanos”.

Enquanto isso não acontece, é preciso se conformar com as deduções possíveis sobre o lado mais conhecido do Brasil rural, mesmo sabendo que ele corresponde a apenas 60% da realidade. Por exemplo, saber que só metade das famílias consideradas rurais é exclusivamente agrícola. Um quarto delas é “anfíbia”, e 28% sequer exercem atividade no setor.

Além disso, há fortes diferenças entre as que trabalham por conta própria e as que trabalham para terceiros. Entre as famílias rurais que trabalham por conta própria, também metade é exclusivamente agrícola. Mas as “anfíbias” chegam a um terço. E as 17% restantes não exercem atividades no setor. Já entre as famílias

de empregados rurais, as exclusivamente agrícolas caem para 41%, as “anfíbias” são apenas 17%, e as que nem exercem atividades no setor atingem 42%.

Nunca será demais repetir que os dados estatísticos utilizados nesses cálculos embutem forçosamente uma grande subestimação da importância relativa dos setores terciário e secundário da economia rural, uma vez que não incluem as famílias que residem nas “pequenas cidades”, como são chamadas as sedes dos 4500 municípios rurais. Por isso mesmo, são suficientes para que se imagine o quanto a economia rural brasileira já é maior que seu setor agropecuário. E mais do que suficientes para que se perceba o quanto pode ser estreito e retrógrado tentar restringir o desenvolvimento rural à sua vertente agropecuária.

12. Programação do Seminário*

18 de abril, 9h

BRASIL RURAL – A VISÃO DOS PESQUISADORES

Coordenação:

José Eli da Veiga - Universidade de São Paulo

Mesa de debate:

Ricardo Abramovay - Universidade de São Paulo

José Francisco Graziano da Silva - Universidade Estadual de Campinas

Zander Navarro - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Alfredo Wagner Bueno de Almeida - Centro de Estudos Rurais e Urbanos

18 de abril, 14h

BRASIL RURAL – A VISÃO DOS JORNALISTAS

Coordenação:

Jair Borin - Universidade de São Paulo

Humberto Pereira - Programa Globo Rural

Rogério Furtado - Associação Brasileira de Agribusiness

Cláudio Emílio Cerri - Revista Globo Rural

Ulisses Capozoli - Associação Brasileira de Jornalismo Científico

19 de abril, 9h

DEBATE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DE PESQUISADORES E JORNALISTAS

Coordenação:

Edson Teófilo - NEAD

Provocador do debate:

Ignacy Sachs - Centro de Estudos e Pesquisas

sobre o Brasil Contemporâneo – Universidade de Sorbonne

19 de abril, 12h

ENCERRAMENTO DO ENCONTRO

Raul Jungmann - Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário - MDA

Jacques Marcovitch - Reitor da Universidade de São Paulo - USP

Juarez Rubens Brandão Lopes - Coordenador-Geral do NEAD

*Seminário promovido pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Faculdade de Economia Administração e Contabilidade – FEA e Escola de Comunicação e Artes-ECA da Universidade de São Paulo – USP nos dias 18 e 19 de abril de 2001.

13. Lista dos participantes

	Nome	Endereço	Cidade	UF	CEP	Telefone
1	Abimael Cereda Júnior	R. Capitão Alberto Mendes Jr., 253 - Vila Laura	São Carlos	SP	13566-010	(16) 9116-4154
2	Adalberto Mantovani M. de Azevedo	R. São Miguel Arcanjo, 466 Jd. Nova Europa	São Paulo	SP	13040-680	(11) 3238-8405
3	Adalberto Ramalho	R. Goiás, 1121 Centro	Avaré	SP	18700-170	(14) 3732-0981
4	Ademir Doranti	Av. 50, 1973	Rio Claro	SP	13504-390	(19) 523-4280
5	Adriana Olívia Alves	R. Roberto Simonsen, 305 - Centro Educacional	Presidente Prudente	SP	19060-900	(18) 229-5375
6	Adriana Rota	R. Cristiano Cleopath, 1891	Piracicaba	SP	13417-390	(19) 430-4155
7	Adriana Salas Stevanato	R. Julio Perruche, 725 bloco J apt. 11	Presidente Prudente	SP	19026-260	(19) 217-2486
8	Adriano Rodrigues de Oliveira	R. Roberto Simonsen, 305 - Centro Educacional	Presidente Prudente	SP	19060-900	(18) 229-5375
9	Aécio Gomes de Matos	R. Dr. Virgínio Marques, 285 bl. C apt. 302	Recife	PE	50000-000	(81) 3459-1545
10	Alecio Rodrigues de Oliveira	R. Pe. Orlando Luiz Gazolla, 501 - Centro	Anhumas	SP	19580-000	(18) 246-1340
11	Alessandro Dozena	R. Profº. Melo de Moraes, 1235 bl. G-603	São Paulo	SP	05508-900	(11) 3818-3298
12	Alexandre Bergamin Vieira	R. Com. João Peretti, 679	Presidente Prudente	SP	19001-561	(18) 9112-3945
13	Alfredo Wagner	Av. Prof. Luciano Gualberto, 908	São Paulo	SP	05508-900	(11) 3818-5880
14	Aline de Aquino	R. Antonio Fiorentino, 128	São Carlos	SP	13570-020	(16) 271-9959
15	Allan Madsen	SBN Ed. Palácio do Desenvolvimento	Brasília	DF	70057-900	(61) 411-7160
16	Ana Carla Martins Vidor	R. Dr. Pereira Neto, 1020	Porto Alegre	RS	91920-530	(51) 9136-0194
17	Ana Luisa Mancini da Riva	R. Dona Balbuina, 175	São Paulo	SP	01251-020	(11) 9688-3936
18	Ana Maria Faria do Nascimento	SBN Ed Palácio do Desenvolvimento 15º andar	Brasília	DF	70057-900	(61) 411-7501
19	Ana Paula da Silva	Cx. Postal 132	Piracicaba	SP	13400-970	(19) 429-8837
20	Ana Paula Negreli Persici	R. Pelegrino, 177	São Paulo	SP	02431-140	(11) 6977-4678
21	Ana Veronica Rodrigues	R. Dr. Homem de Melo, 717/042	São Paulo	SP	05007-002	(11) 3873-7817
22	Anaísa Silva	Av. Pavão, 855 12º and ar	São Paulo	SP	04516-010	(11) 5536-0446
23	Andre Pires	Praça XV de Novembro, 84 apt. 112	Campinas	SP	13023-180	(19) 3254-3957
24	Andre Reis da Silva	R. Prof. Gilio Sattim, 114, Butantã	São Paulo	SP	05379-150	(11) 3766-7651
25	Andrea Aymar	SCN Qd 01 B1 C cj 12 Ed. Trade Center, sala 512	Brasília	DF	70711-902	(61) 328-8661
26	Andreia Aparecida dos Santos	R. Dom Pedro II, 1016 Centro	Pirassununga	SP	13630-240	(19) 3562-5838
27	Andreia Maria Roque	R. Girassol, 1206	São Paulo	SP	05433-002	(11) 9333-6848
28	Andreia Regiane Nicolau Ferreira	R. Aderson Oliveira Flora, 133	São Paulo	SP	04836-970	(11) 232-0933
29	Angela Cristina Trevisan Felippi	R. Botafogo, 1051	Porto Alegre	RS	90150-053	(51) 233-3144
30	Anita Vera Bliska	Al. Rouxinol, 537	São Paulo	SP	01229-001	(11) 9955-8621
31	Anna Beatriz Bonetti Paes	R. Jasmim, 750 apt. 61 bloco 1	Campinas	SP	18027-520	(15) 9702-3044
32	Anthony Pereira	Norma Mayer Bldg., 316	New Orleans - LA	EUA	70118-569	(504) 8628312
33	Antonio Bliska Junior	Cx Postal 6011	Campinas	SP	13083-970	(19) 3788-1079
34	Antonio Jose Torres	R Alberto C. dos Santos, 928	Araçatuba	SP	16040-190	(19) 3743-3789
36	Antonio Newton Correa da Luz	Pç. Saint' Pastous, 125 Cidade Baixa	Porto Alegre	RS	90150-170	(51) 212-5422
36	Antonio Carlos Simões Florido	Av. Chile, 500 7º andar Centro	Rio De Janeiro	RJ	20031-170	(21) 514-4594
37	Ariadne Maria da Silva	Pq. Estação Biológica, Av. W3 Norte - EMBRAPA	Brasília	DF	70770-901	(61) 448-4256
38	Arlson Favareto Areto	R. Maranduba 144	São Paulo	SP	04108-070	(11) 5579-7232
39	Arlete Fonseca de Andrade	R. Mesquita, 811 apt. 91	São Paulo	SP	01544-010	(11) 257-1300
40	Augusto Hauber Gameiro	Cx Postal 132	Piracicaba	SP	13400-970	(19) 429-8847
41	Augusto Moreno	SEPN Qd. 509 bl B lj 16 subsolo	Brasília	DF	70750-520	(61) 340-6900
42	Beatriz Veroneze Stigliano	R. Dr. Luiz Migliano, 871 apt. 64 b	São Paulo	SP	05711-001	(11) 3744-8162
43	Benami Balcitluk	Rod. BR 285, Km 174	Passo Fundo	RS	99001-970	(54) 311-3641
44	Bethania Alves de Menezes	R. Roberto Simonsen, 305	Presidente Prudente	SP	19060-900	(18)2295388
45	Brian Castelli Azevedo	R. Teófilo Muzel, 649	Itapeva	SP	18400-000	(15) 522-4444
46	Camilo Menezes Umpierrez	R. Monte Alto, 324 Chácara da Barra	Campinas	SP	13092-630	(19) 3251-7652
47	Carla Gualdani	Rua 1.760	Rio Claro	SP	13500-146	(19) 523-5069
48	Carlos Adonis Oliveira Santos	R. 6 B, 1315 casa 01 Vila Indaiá	Campinas	SP	13506-735	(19) 523-5069
49	Carlos Enrique Guanziroli	SBN Ed. Palácio do Desenvolvimento s/1415/16	Brasília	DF	70057-900	(61) 326-9828
50	Carlos Fernando da Rocha Medeiros	Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 554 2º andar	São Paulo	SP	01318-000	(11) 232-0933
51	Carolina Doranti	Av. 50, 1973	Rio Claro	SP	13504-390	(19) 523-4280
52	Cassia Bechara	R. 70, 281	São Paulo	SP	06020-150	(11) 3768-8915
53	Celbo Antonio da Fonseca Rosas	R. 16, 877	Santa Fé do Sul	SP	15775-000	(18) 229-5388
54	Célia Maria Santos de Medeiros	R. Angelo Sperini, 149	Presidente Prudente	SP	19053-530	(18) 231-3283

55	Celma da Silva Lago Baptisteta	Av. Miguel Stefano, 3900 Água Funda	São Paulo	SP	04047-970	(11) 577-0231
56	Cinair Correia da Silva	HIGS 715 Bloco I casa 54	Brasília	DF	70381-709	(61) 411-7657
57	Claudia Santos	Av. Pavão, 955 12º andar	São Paulo	SP	04516-010	(11) 5536-0446
58	Clayton Campanhola	Rod. Campinas MogiMirim, Km. 127,5	Jaguariúna	SP	13820-000	(19) 3867-8749
59	Cristina Adams	Av. Macuco, 518 apt. 114	São Paulo	SP	04523-001	(11) 3818-7725
60	Cristina Nakashima	R. Enrico de Martino, 545	São Paulo	SP	05652-010	(11) 3743-4317
61	Daniel Cantinelli Sevellano	R. Antonio Cester, 17 Jd. Panorama	Vinhedo	SP	13280-000	(19) 3876-3155
62	Daniel Furlan Amaral	R. Ricardo Ferraz de Arruda Pinto, 39	Piracicaba	SP	13417-410	(19) 426-1223
63	Daniele Ribeiro Jordão	R. José Bonilha Rodrigues, 60 Centro	Santo Anastácio	SP	19360-000	(11) 261-2357
64	Darlene A. de Oliveira Ferreira	Rod. Araraquara-Jaú km. 01 - s/nº	Araraquara	SP	14800-901	(16) 2320444118
65	Delma Terezinha Ristofi	Av. Carlos Cavalcanti s/nº Cx.P. 281	Ponta Grossa	PR	84001-970	(42) 226-4412
66	Denis e Oliveira	SRTVN 702 Ed. Brasília Radio Center, sl. 4033	Brasília	DF	70719-900	(61) 327-1722
67	Devancyr Aparecido	Av. Prof. Lineu Prestes, 913 C. Universitária	São Paulo	SP	05508-900	(11) 3811-0430
68	Diogo Joel Demarco	R. Guiratinga, 1055/apt. 34	São Paulo	SP	04141-001	(11) 578-4924
69	Dorian Umabayashi	R. 15 B, 1124	Rio Claro	SP	13500-000	(19) 421-3476
70	Edison de Abreu Lemmos	Av. dos Pioneiros, 2868	Carambei	PR	84145-000	(42) 231-8580
71	Edmilson Gonçalves Liberal	Rod. Celso Garcia Cid Km. 375	Londrina	PR	86001-970	(43) 376-2363
72	Edson Teófilo	SCN Qd 01 Bl C cj 12 Ed. Trade Center sala 512	Brasília	DF	70711-902	(61) 328-8661
73	Eduardo Felipe Guilhen Barbosa	R. Oswaldo Aranha, 323 Vila Lacerda	Jundiaí	SP	13214-080	(11) 4582-9125
74	Edy Satorukimura	R. Brasília Machado, 203	São Paulo	SP	01230-010	(11) 3823-8532
75	Elaine Mundim Bortoleto	R. das Hortências, 23	Mauá	SP	09361-270	(11) 4513-9128
76	Elcio Mario Schroeder	Av. Chile, 100	Rio de Janeiro	RJ	20139-900	(21) 277-6768
77	Elenara Ribeiro Da Silva	R. Luciano Guidotti, 166	Piracicaba	SP	13417-370	(77) 426-5727
78	Eliana Paoli	R. Marco Aurélio, 576	São Paulo	SP	05048-000	(11) 3673-2844
79	Elina Christiany Pereira Rodrigues	QNP 20 cj K cs 15	Brasília	DF	72233-011	(61) 913-2300
80	Elis Regina da Silva Blumer	R. Luciano Guidorri, 166	Piracicaba	SP	13417-370	(19) 426-5727
81	Elizabeth Prescott Ferraz	SBN Ed. Palácio do Desenvolvimento, 16º s/604	Brasília	DF	70057-900	(61) 411-7381
82	Elizabeth Tavares	R. S-5, 1081, Setor Bela Vista	Goiânia	GO	74830-410	(62) 255-6262
83	Evandro Cesar Clemente	R. Roberto Simonsen, 305	Presidente Prudente	SP	19060-900	(18) 229-5388
84	Fabiana de Cassia Rodrigues	R. Gonçalves Dias, 263 apt. 94	Araraquara	SP	14800-000	(16) 232-6840
85	Fabio Luis Nogueira de Almeida	Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 554 Bela Vista	São Paulo	SP	01318-000	(11) 232-0933
86	Fabio Muniz Fernandes	Av. Agada Barbarine 1070	Campinas	SP	13814-990	(19) 3897-6099
87	Fernando Luis Daniel	R. 11 B, 1112, Bela Vista	Campinas	SP	13506-744	(19) 534-2801
88	Fernando Selles Ribeiro	Av. Profº. Luciano Gualberto, 158 Trav. 3 Bl. A sl. A2 -35/SP	São Paulo	SP	05508-900	(11) 3818-5279
89	Fernando Tetsuo Nebuya	R. Antonio Carlos, 196 apt. 124 A	São Paulo	SP	01309-010	(11) 3262-2942
90	Fernando Vinício Armas	R. Diogo de Couto, 108 Jd. Bonfíglioli	São Paulo	SP	05359-040	(11) 3731-2123
91	Flavia Trentini	R. Venâncio Aires, 1230 apt. 401	Santa Maria	RS	97010-000	(55) 221-2967
92	Flavio Pinto Bolliger	R. Casper Libero, 464	São Paulo	SP	01033-000	(11) 3224-1767
93	Flavia Maria de Mello Bliska	Av. Brasil, 2880	Campinas	SP	13063-590	(19) 3743-1843
94	Frederico Morante Tigroso	Av. Prof. Luciano Gualberto, 1289	São Paulo	SP	05508-900	(11) 3818-4912
95	Frederico Presotto	R. 15 B, 1124	Rio Claro	SP	13500-000	(19) 9148-3549
96	Georgia Stefania Picelli Laubstein	R. 09, 2556	Rio Claro	SP	13500-220	(19) 523-7185
97	Geraldo Stachetti Rodrigues	Cx Postal 069	Jaguairuna	SP	13820-000	(19) 3867-8735
98	Gerson Luis Bittencourt	R. Manoel de Paiva, 117	São Paulo	SP	04106-020	(11) 5575-4839
99	Gilberto Koji Nagata	Cx Postal, 20	Bragança Paulista	SP	12900-000	(11) 4598-4285
100	Gilberto Vieira dos Santos	R. dos Lírios, 75	Presidente Prudente	SP	19065-034	
101	Gilson Bittencourt	Ed. Palácio do Desenvolvimento, 6º andar	Brasília	DF	70057-900	(61) 426-9909/10
102	Glaucia Miranda Ramirez	R. Antonio Gouveia, 105 apt. 4	Campinas	SP	13085-130	(19) 3249-1137
103	Gleison Moreira Leal	R. João Gonçalves Fos, 1800	Presidente Prudente	SP	19060-050	(18) 229-5388
104	Guilherme Caruso Rodrigues	R. Coronel Guedes, 125 Centro	Campinas	SP	13800-001	(19) 3862-3279
105	Humberto Marinho de Almeida	Av. Prof. Luciano Gualberto, 1289	São Paulo	SP	05508-900	(11) 3818-3331
106	Ignacy Sachs	54 Bd Raspail-Cedex 06	Paris - França	FR	75270	() 3487303
107	Ivanilson Guimarães	SBN Ed. Palácio do Desenvolvimento 14º andar	Brasília	DF	70057-900	(61) 411-7598
108	Izilda Aparecida Rodrigues	R. Plinio Poltronieri, 166	Jaguariúna	SP	13820-000	(19) 3867-2276
109	Jan Rocha	R. Profº João Arruda, 209 Perdizes	São Paulo	SP	05012-000	(11) 3865-5467
110	Janaina Carla Anselmo	Av. Doze, 1809	Rio Claro	SP	13503-180	(19) 5337239
111	João Edmilson Fabrini	R. Pernambuco, 1777	Rondon	PR	85960-000	(45) 254-1442
112	João Leonel dos Anjos	Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 554 5º andar	São Paulo	SP	01318-000	(11) 232-0933
113	João Paulo Andrade	R. Macau, 201	São Paulo	SP	04032-020	(11) 577-0244
114	João Paulo Charleaux	R. Rego Freitas, 454 8º andar	São Paulo	SP	01220-010	(11) 214-3766
115	Joaquim Saeta Filho	R. S 5, 1081	Goiânia	GO	74830-410	(62) 255-6262
116	Joel Paulo Perotto	Rod. Admar Gonzaga, 1588 Itacurubi	Florianópolis	SC	88034-001	(48) 2392516
117	Joelma Cristina dos Santos	R. Rio Grande do Sul, 361	Martínópolis	SP	19500-000	(18) 9112-3945
118	Jorge Bonte Reti	Cx. Postal 339	São Carlos	SP	13560-970	(16) 2615611

119	José Antonio Costabeber	R. Botafogo, 1051	Porto Alegre	RS	90150-053	(51) 233-3144
120	José Carlos Rosseti	Av. Brasil, 2.340	Campinas	SP	13073-001	(19) 3743-3701
121	José de Souza Martins	Cx. Postal 2530	São Paulo	SP	01060-970	(11) 3818-3777
122	Jose Eduardo Rodrigues Veiga	Av. Miguel Stefano, 3900 Água Funda	São Paulo	SP	04301-903	(11) 577-0244
123	José Eli da Veiga	Av. LG, 908	São Paulo	SP	05508-900	(11) 3818-5883
124	José Francisco Graziano da Silva	Cidade Universitária Zeferino Vaz	Campinas	SP	13970-002	(19) 3788-5725
125	José Garcia Gasques	SBS, Qd.1, Bl. J, Ed. BNDES	Brasília	DF	70076-900	(61) 315-5293
126	José Gerônimo Brumatti	R. Caetano Pinto, 575 Brás	São Paulo	SP	03041-000	(11) 3272-9411
127	José Mário Tiengo	R. Coronel, 341 Vila Queiroz	Limeira	SP	13485-045	
128	José Maurício Pereira	R. do Príncipe, 526 Boa Vista	Recife	PE	50050-900	(81) 3216-4007
129	José Prado Alves Filho	R. Capote Valente, 710	São Paulo	SP	05409-002	(11) 3066-6232
130	Juarez Rubens Brandão Lopes	SCN Qd 01 BI C cj 12 Ed. Trade Center sala 512	Brasília	DF	70711-902	(61) 328-8661
131	Juliana Araújo da Silva	R. Primo Furlanetto, 91	Presidente Prudente	SP	19061-470	(19) 221-5388
132	Júlio Cesar Suzuki	R. Beranzia de Paula Oliveira, 4 Morro Grande	Curitiba	PR	02809-150	(41) 3613244
133	Júlio Cesar Lazaro da Silva	Av. Alexandre Fleming, 96	Jundiaí	SP	13215-012	
134	Júlio Cesar Pascale Palhares	Av. José da Costa, 1155	Jaboticabal	SP	14870-000	(16) 3203-6923
135	Kássia Watanabe	R. Augusto Rolim Loureiro, 439	São Paulo	SP	04070-070	(11) 3836-2230
136	Kellen Juqueira	Cidade Universitária Zeferino Vaz, s/nº	Campinas	SP	13970-002	(19) 3788-1004
137	Leandro Marcos Tessari	R. República do Líbano, 1375 Jd. Cruz. do Sul	São Carlos	SP	13572-240	(16) 2751402
138	Leonardo de Almeida Carneiro Enge	R. Odair Martins, 30	Carapicuíba	SP	06345-280	(11) 9945-9598
139	Lilian Caramel	R. Iquiririm, 464	São Paulo	SP	05586-000	(11) 231-2917
140	Lúcia H. O. Gerardi	Av. 24 A, 1515 Bela Vista	Rio Claro	SP	13500-000	(19) 5233707
141	Luciana Jacob Padovezi	R. Luciano Guidotti, 166	Piracicaba	SP	13417-370	(19) 426-5727
142	Luciane Carreiro Jorge Santos	R. P 5, 458 Vila Paulista	Piracicaba	SP	13417-370	(13) 50-6860
143	Luciano Nakagawa	R. Visconde de Porto Seguro, 391	São Paulo	SP	04642-000	(11) 5548-6673
144	Luciene Xavier de Maria	R. Ourinhos, 330 Vila Escócia	Martínópolis	SP	19500-000	(14) 9703- 2205
145	Lucyana Dutra Coelho	SBN Qd. 01 BI Fed. Ed. Palácio da Agricultura	Brasília	DF	70040-908	(61) 326-5256
146	Luiz André Soares	R. da Candelária, 66 8º andar	Rio de Janeiro	RJ	20092-900	(21) 3849-9376
147	Luiz Antonio Correia Margarido	Via Anhanguera Km. 174	Araras	SP	13600-970	(19) 542-3800
148	Luiz Antonio de Paula Marques	Av. Brigadeiro Luiz Antônio, 554 3º andar	São Paulo	SP	01318-000	(11) 232-0933
149	Luiz Carlos Beduschi Filho	R. Bom Jesus, 1461	Piracicaba	SP	13419-060	(19) 432-5353
150	Luiz Eduardo de Oliveira	Campus Universitário Darci Ribeiro - GT Reforma Agrária	Brasília	DF	70910-900	(61) 340-6760
151	Luiz Fernando de Mattos Pimenta	SBN Ed. Pal. do Desenvolvimento Sala 2015	Brasília	DF	70057-900	(61) 429-9855
152	Luiz Fernando Kurahassi	Av. Miguel Stefano, 158 apt. 64-A	São Paulo	SP	04301-000	(11) 3818-5277
153	Luiza B. Nunes Alonso	Av. Nené Sabino, 1801	Uberaba	MG	38055-500	(34) 3313-8821
154	Lussandra da Silva Martins	Av. P 25, 146	Rio Claro	SP	35000-000	
155	Luzia Conejo Pinto	R. Albert Einstein, 1300	Campinas	SP	13081-970	(19) 3788-5911
156	Magali Savoldi	Rod. BR 285 Km. 174	Passo Fundo	RS	99001-970	(54) 311-3444
157	Marc Rosdevall	R. Macaú, 220	São Paulo	SP	04032-020	(11) 3021-5536
158	Marcelino de Souza	Pç Santos Andrade S/Nº	Ponta Grossa	PR	84001-970	(42) 2203082
159	Marcelo Aparecido Pellegrini	R. Bela Cintra, 847 13º andar	São Paulo	SP	01415-000	(11) 3138-7579
160	Marcelo Duncan Alencar Guimarães	Campus do INMET, Ed. IICA - Eixo Monumental	Brasília	DF	70610-400	(61) 342 -1595
161	Marcelo Giraldo de Castro	R. Luciano Guidotti, 166	Piracicaba	SP	13417-370	(19) 4265727
162	Marcelo Sampaio Carneiro	R. Humaitá, 44 apt. 906	Rio de Janeiro	RJ	22261-001	(21) 539-9612
163	Marcia Mandagara dos Santos	Av. Érico Veríssimo, 400 5º andar	Porto Alegre	RS	90169-900	(51) 218-6546
164	Marcia Regina Andrade	Av. Brigadeiro Luiz Antônio, 554 7º andar	São Paulo	SP	01318-000	(11) 232-0933
165	Márcio Henrique Monteiro de Castro	Av. República do Chile, 100 sala 828	Rio de Janeiro	RJ	20139-900	(21) 277-6685
166	Marco Rodrigo Segal Bissoli	R. Subdelegado Ferrinho, 57 Centro	Mineiros do Tietê	SP	17320-000	(14) 646-1338
167	Marco Sgai	CP 09 / Fazenda Areão	Campinas	SP	13418-900	(19) 421-6886
168	Maria Assunta Tortelli	R. Vicente Pereira de Assunção, 55 bl. 2 apt. 46	São Paulo	SP	04658-000	(11) 5562-7961
169	Maria Carlota Meloni Vicente	Av. Miguel Stefano, 3900 Água Funda	São Paulo	SP	04047-970	(11) 577-0231
170	Maria Cristina Etcheverry	Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 554 Bela Vista	São Paulo	SP	01318-000	(11) 232-0933
171	Maria Fernanda Navarro Reis	Av. Miguel Varles, 1039	Caraguatatuba	SP	11660-650	(19) 533-2410
172	Maria Fernanda Rego Ortiz	R. Mal. Hast. Moura, 338 H 11 D	São Paulo	SP	05641-900	(11) 9294-0646
173	Maria Leticia de Souza Paraiso	R. Paraiso, 387	São Paulo	SP	04103-000	(11) 288852
174	Maria Lucy Castilho	Campus Universitário	Belo Horizonte	MG	30000-000	(31) 3899-2214
175	Maria Luiza Pereira Da Silva	R. Sud Menucci, 249	São Paulo	SP	04017-080	(11) 3823-8529
176	Mariana Bombo Perozzi	Cx. Postal 132	Piracicaba	SP	13400-970	(19) 429-8836
177	Marina Milanez Mescolotti Danelon	R. Luciano Guidotti, 166	Piracicaba	SP	13417-370	(19) 4265727
178	Marina Xavier Manço	R. Cajueiro, 225 Jd. Recreio		SP	01541-300	(16) 633-1033
179	Marlene Simarelli	R. Vitoriano dos Anjos, 507 sala 74	Campinas	SP	13035-590	(19) 323-16135
180	Marlon Foguel	R. São Bento, 405 22º andar	São Paulo	SP	05005-001	(11) 3670-8339
181	Marta Inez Medeiros Marques	R. São José, 261/151	São Paulo	SP	04739-001	(11) 3818-3769
182	Maurício Pahor	Cx. Postal 132	Piracicaba	SP	13400-970	(19) 429-8845

183	Mauro Guilherme de Almeida Righi	R. Goiás, 1121 Centro	Avaré	SP	18700-170	(14) 3732-0981
184	Michal Jan Slaski Suchorzewski	SBN Ed. Palácio do Desenvolvimento s/1506	Brasília	DF	70057-900	(61) 411-7586
185	Michel Henrique Aguililar	Av. 26, 728	Rio Claro	SP	13500-000	(19) 533-8566
186	Miguel Edgar Morales Udaeta	Av. Prof. Luciano Gualberto Trav. 3, 158	São Paulo	SP	05508-900	(11) 3818-5279
187	Mirian Cintra	R. Joaquim Miranda , 326	Guarulhos	SP	07023-050	(11) 6421-0302
188	Moisés Nascimento de Argolo	R. Joaquim Miranda , 326	Guarulhos	SP	07023-050	(11) 6421-0302
189	Mônica Castagna Molina	SQS 205 BL. I apt. 607	Brasília	DF	70235-090	(61) 340-6760
190	Myrt Thania de Souza Cruz	R. Massaranduba, 265 São Judas	São Paulo	SP	04303-120	(11) 3670-8147
191	Nadir Rodrigues Pereira	R. do Matão, Travessa 14, 321	São Paulo	SP	05508-900	(11) 3818-7538
192	Neila Cristina Baldi	SRTVS, 701/CEB 2º andar	Brasília	DF	70340-907	(61) 314-6167
193	Neiva Augusta da Silva	R. Comoatim, 222	São Paulo	SP	02738-010	(11) 3931-276
194	Netto Costa	SCN Qd 01 Bl C cj 12 Ed. Trade Center sala 512	Brasília	DF	70711-902	(61) 328-8661
195	Nilson Antonio Modesto Arraes	R. Proença, 557/24	Campinas	SP	13026-120	(19) 3788-1010
196	Nina Nazario	R. José Álvares Maciel , 529 apt. 41	São Paulo	SP	05539-080	(11) 3818-7603
197	Nisia de Oliveira Serroni Perosa	Trav. Dr. João Batista de Santana, 85	São Paulo	SP	04544-130	(11) 3849-2886
198	Octavio Ferreira Affonso	Av. Profº. Luciano Gualberto, 158 Trav. 3 Bl. A sl. A2 -13	São Paulo	SP	05508-900	(11) 3818-5277
199	Odilon Guimarães Barros	Av. Jaguaré, 1485	São Paulo	SP	05346-902	(11) 3767-7712
200	Omar Barreto Lopes	R. Castro Alves, 654/51 Ed. Rubi	São Paulo	SP	01532-000	(11) 3277-6223
201	Otamir Cesar Martins	R. dos Funcionários , 1559 Cabral	Curitiba	PR	80035-050	(41) 3134044
202	Otavio Valentim Balsadi	Av. Casper Libero, 464 5º andar	São Paulo	SP	01033-000	(11) 3224-1747
203	Otilia Maria Rieth Goulart	SBN Ed. Palácio da Agricultura 3º andar	Brasília	DF	70040-908	(61) 326-3161
204	Paulo Cesar Brancher	R. Manoel de Paiva, 117	São Paulo	SP	04106-020	(11) 5575-4839
205	Paulo Estevão Bueno de Camargo	R. Luiz Antônio Breda, 100 apt. 22	Limeira	SP	13486-062	(19) 441-8920
206	Pedro de Alcântara Bittencourt Cesar	R. Monte Alegre, 58 apt. 73	Monte Alegre	SP	05014-000	(19) 3873-7319
207	Pedro Henrique Ferreira Costa	R. Ouro Fino, 59 apt. 304	Belo Horizonte	MG	30310-110	(31) 3227-3284
208	Petterson Molina Vale	Av. Caxingui, 135 apt. 74	São Paulo	SP	05579-000	(69) 581-2212
209	Rafael Garcia	R. Rego Freitas, 454 8º andar	São Paulo	SP	01220-010	(11) 214-3766
210	Rafael F Duarte Heiber	Av. 12 , 1237	Rio Claro	SP	13504-390	(19) 5232391
211	Rafael Finotti Andrade	R. Duque de Caxias, 250	Pirassununga	SP	13630-000	(19) 9118-5377
212	Rafael Moi Sacilotto	R. Castro Alves, 502	Ribeirão Preto	SP	14050-370	(61) 610-7348
213	Rafaela Locali	R. 06, 1009	Rio Claro	SP	13500-050	(19) 534-7793
214	Raimundo Ferreira de Vasconcelos	R. Leonardo Villas Boas, 272	São Paulo	SP	03240-000	
215	Raul Ferreira Moreira Jr.	R. Prof. René de Oliveira Barreto, 966	Campinas	SP	13090-740	(19) 3207-2966
216	Regiane Menegati	Sítio Três Irmãos	Indiana	SP	19560-000	(11) 227-5133
217	Regina Bonomo	R. Dr. Basílio Machado, 203 6º andar	São Paulo	SP	01230-010	(11) 3825-3233
218	Regina Helena Varella Petti	Av. Miguel Stefano, 3900 Água Funda	São Paulo	SP	04301-903	(11) 577-0910
219	Regina Tortorela Reani	R. D. Pedro II, 178 Vila Rami	Jundiaí	SP	13206-450	(19) 533-3830
220	Renata	Av.12 , 1237	Goiânia	GO	13504-390	(62) 523-2391
221	Renata Bovo Peres	R. José Duarte de Souza, 176 Jd. Santa Paula	São Paulo	SP	13564-030	(16) 2711133
222	Reynaldo Fortunato Romagnoli	R. Mourato Coelho, 550 apt. 202-B Pinheiros	São Paulo	SP	05417-010	(11) 9648-6572
223	Roberta de Queiroz Campos	R. Gervásio Pires, 399 Boa Vista	Recife	PE	50050-070	(81) 322-7618
224	Robson Munhoz de Oliveira	R. Aldo Zanuto, 249 Pq. Cervantes	Presidente Prudente	SP	19060-900	(19) 227-5133
225	Rodrigo Gravina Prates Junqueira	R. Dr. Vila Nova, 250 apt. 42	São Paulo	SP	01222-020	(11) 3818-2069
226	Rogério Carneiro Piccinin	R. Santarém, 98 Vila Floresta	Santo André	SP	09051-510	(11) 905-1510
227	Rogério Ribeiro Jorge	R. D. Luiza Julia, 47 apt. 52	São Paulo	SP	04542-020	
228	Rosana Rodrigues dos Santos	Av. Prof. Luciano Gualberto, 1289	São Paulo	SP	05508-900	(11) 3818-4912
229	Rosane Balsan	Av. P 25, 146	Rio Claro	SP	13506-831	
230	Rosângela A. de Medeiros Hespagnol	R. Roberto Simonsen, 305	Presidente Prudente	SP	19060-900	(18) 229-5375
231	Rosângela Calado da Costa	Praça Universo, 96 bl. II apt. 92	São Paulo	SP	03362-020	
232	Rosilene Moura	SCN Qd 01 Bl C cj 12 Ed. Trade Center sala 512	Brasília	DF	70711-902	(61) 328-8661
233	Rosineide Ramos Celestino	R. João Tranchesi, 395	Santo Anastácio	SP	19360-000	(18) 261-2581
234	Rubens Alves de Faria Jr.	R. Joaquim Miranda, 326	Guarulhos	SP	07023-050	(11) 6421-0302
235	Rudá Ricci	R. dos Goitacazes, 333 sala 401 Centro	Belo Horizonte	MG	30190-911	(31) 3213-2404
236	Salua Cecílio	Av. Nené Sabino, 1801	Uberaba	MG	38560-330	(34) 3314-8910
237	Simone Pallone de Figueiredo	R. José de Campos Sales, 619	Campinas	SP	13095-300	(19) 325-29969
238	Soisi Kanashiro	Av. Aclimação, 547 apt. 122	São Paulo	SP	01431-001	
239	Solange Lima	R. Winston Churchill , 194 Jd Paulistano	Presidente Prudente	SP	19040-010	(19) 229-5388
240	Sonia Alves Calio	R. Dr. Cicero de Alencar, 96	São Paulo	SP	05580-080	(11) 3726-8449
241	Sonia Maria Sanches Fernandes	Av. Loureiro da Silva, 515	Porto Alegre	RS	90010-420	(51) 228-6666
242	Sirlene de Fatima dos Reis	SBN Ed. Palácio do Desenvolvimento 21º andar	Brasília	DF	70057-900	(61) 411-7284
243	Tabir Dal Poggetto Oliveira Sueyoshi	Av. Brigadeiro Luis Antônio, 993 apt. 811	São Paulo	SP	01317-001	(11) 232-7470
244	Tania Andrade	Av. Brigadeiro Luis Antônio, 554 5º andar	São Paulo	SP	01318-000	(11) 232-9933
245	Terlania Bruno	R. Rego Freitas, 454 8º andar	São Paulo	SP	01220-010	(11) 214-3766
246	Thais Troncon Rosa	R. Rui Barbosa, 1950	São Carlos	SP	13560-000	(16) 272-2606

247	Thais Wense de Mendonça Cruz	Pça. Antônio D. Amaral, 33	São Paulo	SP	01443-070	(11) 3082-2963
248	Thiago Arruda Machado	R. Affonso Bueno	Araras	SP	13600-000	(19) 541-9550
249	Thomaz Ferreira Jensen	R. Caetano Pinto, 575 Brás	São Paulo	SP	03041-000	(11) 3272-9411
250	Tiago Bueno Rodrigues	R. 15 B, 1124	Rio Claro	SP	13500-000	(11) 9162-6457
251	Valéria Bastos	Av. São José, 566	Araraquara	SP	14800-410	(16) 9711-9660
252	Valter Bianchini	R. Ubaldino do Amaral, 374	Curitiba	PR	80060-190	(41) 2621842
253	Vanessa Kraide Fellet	Cx Postal 132	Piracicaba	SP	13400-970	(19) 4298831
254	Vanessa Lemos Toledo	Av. 22 -A, 1344	Goiânia	GO	13504-390	(62) 524-5426
255	Vania Santin Beraldo	R. Luciano Guidotti, 166	Piracicaba	SP	13417-370	(19) 4265727
256	Vanilde Ferreira de Souza	R. Antônio Gouveia, 105 apt. 04	Campinas	SP	13085-130	(19) 3249-1137
257	Vera Lucia de Souza Dantas	SBN Ed. Palácio do Desenvolvimento sala 2015	Brasília	DF	70057-900	(61) 426-9857
258	Vera Lucia Salazar Pessoa	R. Johen Carneiro, 1394	Uberlândia	MG	38400-072	(34) 3239-4169
259	Vera Scholze Borges	Av. Dr. André Tosello S/Nº	Campinas	SP	13083-970	(19) 3789-5747
260	Verena Seva Nogueira	R. Emílio Ribas, 1046	Campinas	SP	13025-142	(19) 3252-2360
261	Victor Eduardo Lima Ranieri	R. São Sebastião, 3003	São Carlos	SP	13569-210	(16) 272-8254
262	Victor Raul Paredes Castro	Av. Luiz Viana Filho, 250 CAB	Salvador	BA	41746-900	(71) 370-3592
263	Vilma Aparecida da Silva	R. Pe. Artur Somensi, 08 apt. 43	São Paulo	SP	05443-030	(11) 3034-1190
264	Vinicius Nobre Lages	SEPN Qd. 515 BI C	Brasília	DF	70770-900	(61) 348-7342
265	Virginia Maria Almeida Lacerda	SBN Ed. Palácio do Desenvolvimento 6º andar	Brasília	DF	70057-900	(61) 411-7831
266	Wagner Boer	R. Goiás , 1121 Centro	Avare	SP	18700-170	(14) 3732-0981
267	Wandell Seixas	R. 87, 662 Setor Sul	Goiânia	GO	74093-300	(62) 281-7878
268	Yumi Kawamura Gonçalves	R. Bacongo, 107	São Paulo	SP	05301-080	(11) 3836-0028
269	Zander Navarro	R. Carlos Trainer Filho, 566 apt.30 Mont'Serrat	Porto Alegre	RS		(51) 331-7035
270	Zeke Beze Júnior	SCN Qd 01 BI C cj 12 Ed. Trade Center sala 512	Brasília	DF	70711-902	(61) 328-8661
271	Zoraide Amarante Miranda	R. Conde Domingos Papaiz, 413 casa 08	Suzano	SP	08613-010	(11) 4742-9792

